



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
BÁSICA E PROFISSIONAL PÓS GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA EDUCAÇÃO

ELAINE PACHECO DE OLIVEIRA

ESPAÇOS PÚBLICOS DEGRADADOS EM NERÓPOLIS - GO:
A cidade educadora como possibilidade

INHUMAS

2021

ELAINE PACHECO DE OLIVEIRA

ESPAÇOS PÚBLICOS DEGRADADOS EM NERÓPOLIS - GO:

A cidade educadora como possibilidade

TCC apresentado para conclusão do curso de pós graduação em Docência Educação Básica e Profissional no Campus Inhumas, deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)

INHUMAS

2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PÓS GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELAINE PACHECO DE OLIVEIRA

ESPAÇOS PÚBLICOS DEGRADADOS EM NERÓPOLIS - GO:

A cidade educadora como possibilidade

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Docência Educação Básica e Profissional, pelo Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aprovada em ____ de _____ de 2021

Banca Examinadora

Renato Araújo Teixeira - Orientador
IFG – Campus Inhumas

Benjamim Pereira Vilela – Examinador Interno
IFG – Campus Senador Canedo

Marajá João Alves de Mendonça Filho – Examinador Externo
UEG – Unidade Central

Glorioso São Benedito, grande exemplo de fé! Com toda confiança
Vimos implorar a vossa valiosa proteção.

RESUMO

O escopo deste estudo é refletir a respeito de espaços públicos degradados em Nerópolis com vistas à possibilidade de Cidade Educadora. Tendo como objetivo geral: analisar os espaços degradados na cidade de Nerópolis/GO a partir de uma concepção teórica das Cidades Educadoras, e como objetivos específicos: a) verificar as políticas públicas municipais ao estímulo à cidadania; b) identificar as áreas públicas mais degradadas na cidade de Nerópolis/GO e c) quantificar as despesas do município de Nerópolis com os espaços degradados na cidade nos últimos cinco anos. A pesquisa adotou metodologia qualitativa com revisão bibliográfica, análise documental. A importância do trabalho mostra-se atual, devido à intensidade das transformações no mundo, e a necessidade de atender com novos paradigmas aos desafios educacionais seja em Nerópolis ou em outra localidade, esta pesquisa corrobora num momento adequado, pois se projeta como uma espécie de “laboratório” para vislumbrar mesmo de maneira utópica, a Cidade Educadora no município, lançando uma nova possibilidade no âmbito municipal, quiçá estimular uma rede de Cidades Educadoras com vistas à cidadania e emancipação social. Como resultado constatou-se que as políticas educacionais se dão em todos os espaços, há uma tendência por parte do poder municipal em investir nos sistemas de objetos (praças, iluminação, calçamento, asfalto, paisagismo, dentre outros), deixando em segundo plano os sistemas de ações (educar a população para práxis social), esse descompasso são uns dos motivos dos espaços públicos degradados na cidade de Nerópolis/GO.

Palavras-chave: Nerópolis, Cidade Educadora, Educação, Cidade, Cidadania.

ABSTRACT

The scope of this study is to reflect on degraded public spaces in Nerópolis with a view to the possibility of an Educating City. Having as general objective: to analyze the degraded spaces in the city of Nerópolis/GO from a theoretical conception of Educating Cities, and as specific objectives: a) verify the municipal public policies to stimulate citizenship; b) identify the most degraded public areas in the city of Nerópolis/GO and c) quantify the expenses of the city of Nerópolis with degraded spaces in the city in the last five years. The research adopted a qualitative methodology with literature review, document analysis. The importance of the work is current, due to the intensity of transformations in the world, and the need to meet educational challenges with new paradigms, whether in Nerópolis or elsewhere, this research corroborates at an appropriate time, as it projects itself as a kind of “laboratory” to envision, even in a utopian way, the Educating City in the municipality, launching a new possibility at the municipal level, perhaps stimulating a network of Educating Cities with a view to citizenship and social emancipation. As a result, it was found that educational policies take place in all spaces, there is a tendency on the part of the municipal power to invest in object systems (squares, lighting, pavement, asphalt, landscaping, among others), leaving the systems of actions (educating the population for social praxis), this mismatch are one of the reasons for the degraded public spaces in the city of Nerópolis/GO.

Keywords: Nerópolis, Educating City, Education, City, Citizenship.

SUMÁRIO	Pág.
1. INTRODUÇÃO	07
2. CAPÍTULO I – Fundamentação Teórica	12
3. CAPÍTULO II - Metodologia	29
4. CAPÍTULO III – Resultados da pesquisa	32
5. CONCLUSÃO	46
6. REFERÊNCIAS	47
7. APÊNDICES	50
8. ANEXOS	56

1 - INTRODUÇÃO

Este projeto lança olhares interpretativos que partem da própria cidade, ou seja, a cidade como lócus de diferentes práticas educativas. Entende-se que há uma propagação de inúmeros outros espaços educativos, portanto, a cidade educadora não propõe reduzir a instituição escolar, mas entender a educação como um processo complexo que se desenvolve em múltiplos outros espaços além dos muros da escola.

A cidade é integral necessitando da participação de diversas formas de educação. Seja “educação social”, “educação ambiental”, “educação de trânsito”. Para tanto, é essencial o envolvimento de toda a sociedade para que estes conhecimentos sejam repassados.

Para uma educação integral, essencial a presença de uma pedagogia da cidade articulada, isto é, uma cidade onde todos os seus espaços e agentes “assumam sua responsabilidade educativa no conjunto de um projeto conjunto”.(GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2009, p. 16).

Por conseguinte, é fundamental perceber o que é uma cidade educadora:

A cidade educadora é uma cidade com uma personalidade própria, integrada no país onde se situa. A sua identidade, portanto, é deste modo interdependente da do território de que faz parte. É também uma cidade que não está fechada sobre si mesma, mas que mantém relações com o que a rodeia - outros núcleos urbanos do seu território e cidades com características semelhantes de outros países -, com o objetivo de aprender, trocar experiências e, portanto, enriquecer a vida dos seus habitantes(CARTA DE BARCELONA, 1990).

Parece utópico, mas para uma cidade ser considerada uma cidade que educa, deverá buscar cidadania plena, canais de participação, uma comunidade que assuma o controle social da sua cidade. Sempre atenta em incluir ao seu currículo matérias interdisciplinares, transdisciplinares, interculturais, estimulando a melhora das relações sociais, humanas e intersubjetivas.

A tarefa educativa das cidades se realiza também através do tratamento de sua memória, e sua memória não apenas guarda, mas reproduz, estende, comunica-se às gerações que chegam. Seus museus, seus centros de cultura, de arte são a alma viva do ímpeto criador, dos sinais da aventura do espírito.(GADOTTI apud FREIRE, 2006, p. 136)

Por outro lado,Cavalcanti (2008, p.152),acrescenta que,

A formação da cidadania para a vida urbana é o objetivo básico do projeto de cidade educadora: uma formação que garanta que todos possam se manifestar e buscar maneiras de viabilizar a realização de seus desejos e necessidades e de compreender e resolver os problemas cotidianos desses/nesses espaços. As cidades são diferentes, assim como o são as pessoas que nelas vivem. Porém, é preciso pensar em desejos, em problemas compartilhados social e historicamente; é preciso pensar em cidades educadoras como a expressão de um plano estratégico para a vida social no mundo atual.

A cidade pode resumidamente compreendida como um espaço geográfico resultante de um conjunto de objetos e ações, como um lugar da existência da existência das pessoas e não apenas um arranjo de objetos, tecnicamente orientado, racialmente planejado e gerido.

Portanto, o grande erro da gestão pública em qualquer cidade é privilegiar os investimentos nos sistemas de objetos das cidades (fazer praças, lagos, paisagismo, etc), sem, ao mesmo tempo, aplicar os sistemas de ações (educar a população para a cidadania), viver para a coletividade. A cidade educadora não existe porque não é estimulada pelo poder público, pela associação de moradores, pelas redes sociais. A cidade de Nerópolis/GO dentro da rede urbana brasileira é considerada uma cidade pequena, podendo ser testada como uma Cidade Educadora, pois pode ser pensada como um território pedagógico, como espaço educador, visando muito mais as pessoas do que o Urbanismo. Na tese de Morigi (2014, p.129).

A cidade será educadora quando reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), uma função educadora, isto é, quando assuma uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e pelos jovens.

Uma cidade será educadora se oferecer todo o seu potencial de forma generosa, deixando-se envolver por todos os seus habitantes e ensinando-os a envolverem-se nela. (CARTA DE BARCELONA, 1990).

De acordo com a Associação Internacional de Cidades Educadoras, as cidades são educativas por si, mas elas tornam-se educadoras quando assumem essa intenção consciente de que suas propostas têm consequências em atitudes e convivências. Tem como objetivo gerar novos valores, conhecimentos e habilidades. Abaixo seguem, de forma sucinta, os vinte princípios contidos na Carta de Bolonha:

1. Todos os habitantes de uma cidade têm o direito de usufruir, de forma livre e igualitária, dos meios e oportunidades que a cidade oferece, respeitando a diversidade;
2. Os municípios exercerão com eficácia e competência a matéria de educação que lhe foi atribuída. Qualquer que seja a competência, a educação deverá ser de índice global, incluindo a educação formal e não formal;
3. A cidade deverá encarar as possibilidades de formal de modo global, dentro do contexto de qualidade de vida, de justiça social e de promoção dos seus habitantes;
4. Para que a sua ação seja adequada, os responsáveis pela política municipal da cidade devem ter conhecimento da situação e das necessidades dos seus habitantes. Para tanto promoverão estudos, que manterão atualizado e formularão propostas concretas e de política geral que deles resultem;
5. A cidade deverá conceder o desenvolvimento de ações formativas, a acontecer nos centros de ensino, seja ele formal ou informal;
6. A cidade estabelecerá equilíbrio entre a proteção e a autonomia necessária para a descoberta, analisando o impacto para jovens e crianças, proporcionando âmbitos de debates e intercambio entre cidades.
7. A administração municipal deverá oferecer às crianças e jovens, juntamente com outras gerações, espaços, equipamentos e serviços para o desenvolvimento moral social e cultural;
8. A cidade oferecerá aos pais meios para ajudar os filhos a crescer e fazer uso da cidade e promover o desenvolvimento de projetos educacionais;
9. A cidade oferecerá orientação pessoal, vocacional e atividade social, promover a educação para o trabalho e trabalhará em conjunto com empresários na criação de postos de trabalhos;
10. As cidades deverão conhecer suas áreas marginalizadas e tomar atitudes para minimizá-las, com atenção especial aos imigrantes, que devem se sentir integrantes da cidade;
11. As intervenções visando sanar as desigualdades devem partir de uma visão global, capaz de atender a todos;
12. A cidade deverá estimular a participação ativa dos jovens em comunidade, promovendo seu desenvolvimento social, moral e cultural.

13. A cidade educadora deverá promover informação adequada e acessível a todos, em plano de igualdade;

14. Promover informação especializada para as crianças;

15. A cidade educadora deverá encontrar e preservar sua identidade;

16. A transformação e o crescimento da cidade devem visar o futuro, respeitando o passado. Organizar o espaço urbano de modo que evite impacto, bem como evitar segregação de gerações. Deverá promover a interação entre territórios da própria cidade e entre outros municípios;

17. A qualidade de vida deve ser garantida a partir de um ambiente saudável e equilibrado entre o natural e urbano;

18. A cidade deverá favorecer a liberdade e diversidade cultural, corrigir desigualdades produzidas exclusivamente por critérios mercantis;

19. Todos os habitantes da cidade têm direito à participação em programas educativos e possibilidade de se manifestarem respeito deles, de modo os escute;

20. A cidade educadora respeitará as gerações. Seus princípios são o ponto de partida para desenvolver o potencial educador da cidade e de todos os seus habitantes.

Desse modo, a pesquisa tentará responder as seguintes indagações:

1. Como as políticas públicas em educação pensam a cidade de Nerópolis (fragmentada ou integrada)?

2. É possível educar e ser educado pelos cidadãos em uma cidade?

3. Como a população de Nerópolis participam das decisões coletivas

4. Quais são os espaços mais degradados de Nerópolis?

5. A falta de ações políticas no município rumo a uma Cidade Educadora traduzem em espaços degradados em Nerópolis?

Para responder preliminarmente a essas indagações utilizamos as palavras do projeto de Cidade Educadora que foi, pensada por Cabezudo (2004, p.12),

...é aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Neste espaço, todos os espaços são salas de aula: rua, parque, praça, praia, rio, favela, Shopping, e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, em que cabe todo o tipo de conhecimento. Ela integra estes tipos de educação, ensinando todos os cidadãos, do bebê ao avô, por toda a vida.

Diante disso sabe-se que Morigi (2014, p. 22), alerta que a educação é um processo para a vida toda, e deve acontecer em toda a vida e todo lugar, qualquer local é espaço de aprendizagem. Isso passa por uma socialização dos saberes e pelo reconhecimento de que todos os indivíduos são potenciais educadores, cada um em sua especialidade, em sua sabedoria de vida.

Por outro lado, (Idem, 2014, p.13), retoma uma questão importante ao afirmar que,

formar cidadãos conhecedores de seus direitos e obrigações com respeito à sociedade e que, a partir do conhecimento e da identificação As ações educativas que têm lugar no quadro de uma cidade educadora deverão integrar o conhecimento e a vivência do meio urbano: suas características, vantagens, problemas e soluções. O objetivo prioritário é, na realidade com a própria cidade, empreendam uma ação participativa e transformadora desta.

Na tese de Morigi (Ibidem, 2014, p.24) ele deixa uma possibilidade quando afirma que a cidade necessita planejar-se para utilizar sua infraestrutura, os locais públicos, as secretarias, as entidades parceiras (organizações não governamentais, associações, sindicatos, igrejas...) as fábricas e instituições comerciais e financeiras para produzir o bem estar para uso de todos, com as escolas assumindo o papel de centros irradiadores de cultura e de transformação da vida. É urgente e necessário, pois as metrópoles já são insustentáveis física, econômica, política e também arquitetonicamente. São aglomerados onde nos suportamos para sobreviver; dividindo os espaços com a violência, a angústia e todas as mazelas das grandes cidades.

É nesse ponto que pesquisa é válida, pois ao verificar se a falta de ações políticas no município rumo a uma Cidade Educadora se traduz em espaços degradados em Nerópolis. Por isso, que a introdução paliativa das Cidades Educadoras são as possibilidades mais acessíveis para amenizar a falta de cidadania no município, bem como, os espaços degradados.

Entende-se como espaços degradados segundo Sanches (2011, p.34),

Como o foco desta pesquisa é o ambiente urbano, as áreas degradadas abordadas aqui são entendidas como espaços vazios, abandonados e subutilizados, que perderam sua função qualitativa do ponto de vista econômico, ambiental ou social. Em termos econômicos, são locais desvalorizados e excluídos de investimentos. Sob o aspecto social, são áreas mais vulneráveis a atividades marginais e ilícitas, favorecendo a violência e o crime, vulneráveis a ocupação irregular, e geralmente se verifica a ausência de identidade da comunidade com o local. Em termos ambientais, suas

características físicas, químicas e os processos ecológicos estão comprometidos, seja pela ausência da flora e fauna local; pela poluição em geral e contaminação, e pela erosão, lixiviação e assoreamento.

Na cidade de Nerópolis como em qualquer outra cidade há uma heterogeneidade de espaços degradados com diversas origens. Todavia, pode-se aferir que muitas causas estão diretamente relacionadas às questões econômicas e sociais da cidade, aos problemas ambientais e à ausência de planejamento ou ineficiência da gestão urbana.

No capítulo 1 iremos descrever a fundamentação teórica, no capítulo 2 busca-se explanar a respeito da metodologia, no capítulo III será sintetizada apresentada a pesquisa com as discussões e resultados.

2 - CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Parafraseando Souza (2020, p.09) no entendimento dos conceitos e usando de metáforas, a realidade seria erguer “edifícios” que nos permitam enxergar mais e melhor, podemos entender os conceitos como “tijolos”; a teoria como sendo os “tijolos” com “argamassa”, já assentados, formando um todo coerente; e o método como sendo a maneira de “assentar os tijolos”, “levantar paredes” etc., sem agredir a realidade (sem ignorar a “topografia”, sem enfeiar a “paisagem”, sem deixar de aproveitar os “materiais” disponíveis mais apropriados...).

A proposta educacional da Cidade Educadora é um modelo explicativo provisório a fim de organizar e observar fatos importantes via observações rigorosas e que a posteriori faça o exercício contínuo de reflexão. Deve buscar uma compreensão da realidade através de dados confiáveis que corroborem em explicações que demonstrem e validem os encadeamentos entre estes fatos analisados.

Desse modo, o objeto de estudo verifica-se estar situada na área de conhecimento da educação, segundo definem a Carta de Barcelona (1990) e Cabezudo (2004), e que ao ser examinada através do prisma do espaço público degradado reafirma seu caráter interdisciplinar pelo necessário apoio buscado em outras áreas como na arquitetura, no urbanismo na sociologia, nas tecnologias de informação e comunicação, na história, na geografia, na economia entre outras,

através de autores como Haesbaert, Raffestin, Fernandez, Paredes, Cavalcanti, Santos, Sanches, Boni, Lencioni, e Silva, Morigi, dentre outros, que trazem valiosa contribuição ao entendimento da Cidade Educadora.

2.1 – COMPREENDENDO ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA SÓCIO-ESPACIAL

2.2 - Noções básicas sobre Território

Entende-se que há diferentes abordagens sobre o território, aliás o conceito de território é um dos que mais vêm sendo submetidos, de uma poucas décadas para cá, a fortes tentativas de redefinição e depuração (Souza, 2020, p.77). Sabe-se que o conceito de território é amplo e plural, podendo se esmiuçado sob múltiplas escalas e olhares ao longo da história, portanto, nessa pesquisa aborda-se sob o viés da Geografia Urbana.

Contudo, faz-se necessário recapitular, o conceito que orienta a pesquisa na compreensão de território é que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de térreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no 'territorium' são impedidos de entrar. (HAESBAERT,2010.p 20)

E não apenas em relação à terra pode estender-se o território mas também sobre cursos e coleções de água, mar territorial, subsolo ou espaço aéreo.

[...] para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva 'apropriação'. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (IDEM,2010.p 20)

Neste ponto importa o território ocupante de um determinado espaço, como transmissor de suporte físico e das relações de poder ao município nele instalado, que se constitui na menor unidade político-administrativa no Brasil, sobre o qual se

ergue a cidade, que ocupa apenas a parte urbana do território, sendo reservada a área rural para usos como produção de gêneros alimentícios e/ou captação de água entre outros conforme as vocações particulares de cada qual, sendo necessário atentar que,

Espaço e território não são termos equivalentes. [...] Não discutiremos aqui se são noções ou conceitos, embora nesses últimos vinte anos tenham sido feitos esforços no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território. O estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção. [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (Raffestin, 1993 p. 50)

Desta forma, é o sujeito que imprime poder ao território, entre outras relações sociais:

Educação, cultura, produção, trabalho, infra-estrutura, organização política, mercado etc., são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. São concomitantemente interativas e completivas. Elas não existem em separado. A educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões. (Fernandes, Bernardo. 2006, p.20)

Assim a população de cada diferente território cria suas próprias relações sociais, no sentido de construir sua identidade. Haesbaert (2016, p.20), ao afirmar que “a espacialidade da cidade se produz por dois vieses”, sendo aquele que lhes interessa, no texto, é o segundo viés: “pela conformação de territórios alternativos, no sentido de como se usa realmente o espaço homogêneo produzido e as resistências quanto à massificação de padrões urbanísticos”, o que só é acessível “a uma parcela restrita de segmentos médios e altos da população” (COSTA, MACIEL, 2016, p. 128). Neste texto, Costa e Maciel afirmam que,

a apropriação espacial - a territorialização - de partes do espaço urbano se constitui como processo fundamental à possibilidade de visualização e de luta política de um segmento social ou grupo cultural quanto à aceitação social de suas condições culturais e à busca da melhoria das condições de vida (consumo, habitação, lazer e trabalho) (p. 129).

Diante disso, entende-se que quando um indivíduo ou um grupo de pessoas se apropria de um local, “formaliza um território”; faz-se necessário, “para que esse

território possa manter-se como tal é necessário um esforço constante para seu estabelecimento e manutenção”.

2.3 - Uma caracterização preliminar sobre a Cidade

Caracterizar uma cidade exige um escopo muito complexo numa rede de cenários que envolvem tempos e espaços, dimensões e escalas numa relação indissociável entre urbano e urbanização, a cidade é um espaço que se materializa num movimento constante de ações riscadas num dado território. A cidade que iremos caracterizar nesse trabalho é uma pequena amostra da realidade numa porção da região metropolitana de Goiânia na contemporaneidade.

Portanto, é urgente uma articulação entre a cidade, o espaço público e a cidadania e cultura. De acordo com Cavalcanti (2002), deve conceber a cidade como um lugar de culturas, e cidadania como a que exercita o direito a ter direitos, a que cria direitos no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública. A subjetividade dos sujeitos da cidade deve ser analisada na sua relação com a objetividade da produção do espaço, com os processos estruturantes da sua produção e com as contradições inerentes às múltiplas identidades desses sujeitos.

A autora vai além ao afirmar que, tal enfoque destaca o espaço público como instância de exercício da cidadania. A preocupação com esse espaço revela uma concepção de gestão urbana mais democrática e participativa, com a meta de melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Os espaços públicos são lugares da coabitação, onde se podem expressar as infinitas diferenças, onde ocorrem explicitações das divergências, das contradições, onde se promovem e se ampliam as possibilidades de construção de cidadania. A produção do espaço urbano e a produção de um modo de vida humano estão em relação. Essa relação coloca, por sua vez, a tarefa de pensar, imaginar, propor novos modos de vida possíveis dentro de um ambiente já construído, mas que pode ser reconstruído. Como coloca Harvey (2004, p. 210), “Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas”

Em outra abordagem, a cidade pode ser até comparada como um organismo, sendo dinâmica, aglutinadora, que não nasce pronta, inserida numa perspectiva histórica, sujeita à transformações pela ação das forças naturais, econômicas,

sociais e políticas que a perpassam, habitat preferencial das populações contemporâneas.

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. (Carlos, Ana F. A. 2007, p. 45)

Na cidade coexistem o público: vias de trânsito, praças, prédios da administração; e o privado: residências dos habitantes, prédios comerciais, templos religiosos. A pesquisa aceita como guia o conceito trazido por Lencioni, “Na conceituação de cidade [...] mantém-se as ideias de aglomerado, sedentarismo, mercado e administração pública, que parecem constituir referências importantes na conceituação de cidade.” Lencioni (2008, p 109), apontando que a cidade aglomera tanto pessoas como coisas, que altera o caráter nômade das populações anterior ao seu surgimento, que funciona como centro de trocas e que necessita de um grupo de pessoas dedicadas a administrá-la. No entanto para além destas funções primordiais

As cidades funcionam como uma metáfora do hipertexto, onde os indivíduos vivem em escalas e planos distintos, passando continuamente de um espaço a outro, seja comunicando-se a distância ou deslocando-se fisicamente. Portanto esta mobilidade múltipla se dá em um espaço hiperdimensional (Paredes, Edesmim. 2007, p. 61)

As propostas alternativas de urbanismos, de reformulação de projetos e de arranjos urbanos têm a ver, assim, com projetos alternativos de sociedade. Por essa razão, foca-se aqui no interesse de capacitação das pessoas para ampliar possibilidades de usufruto da cidade, e de luta pela participação em sua gestão. Nessa empreitada, vale pensar em projetos articulados com a ideia de cidade educadora e na escola como responsável por processos educativos (CAVALCANTI 2011, p.4).

No entanto, nem mesmo esta padronização é permanente, mas também se transforma, sendo constantemente adaptada aos novos modos de viver ditados pelo fetichismo agregado aos novos produtos criados diuturnamente pelo capital, que se fazem parecer tão sob medida para atender supostas necessidades humanas.

Grande parte das pessoas atualmente vive em cidades, que são locais complexos com modos de vida que se padronizou, sobretudo no mundo ocidental. Tais aspectos afetam todas essas pessoas, embora haja uma

diversidade de grupos, uma multiplicidade de redes sociais, de manifestações culturais, em disputa e em conflito nesses mesmos locais. Com isso, as cidades se produzem numa dialética do local/global, do homogêneo/heterogêneo, da inclusão/exclusão, para que seus habitantes pratiquem a vida coletiva, compartilhando desejos, necessidades e problemas cotidianos. (Cavalcanti, 2011, p.2)

A compreensão da lógica contraditória da cidade, que materializa a dinâmica do capital e da sociedade e estão subjugadas à lógica da produção social e apropriação privada (CARLOS, 2005) é fundamental para se entender a segregação espacial e a negação do direito à cidade.

2.3.1 - O que é uma Cidade Educadora?

A explicação do que é cidade educadora foi estabelecida no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras de Barcelona em 1990, que já na sua criação olhava para o futuro ao citar no seu tópico número 20 que se define como aberta à sua própria reformulação: “Esta Carta deverá, por consequência, ser completada nos aspectos não tratados nesta ocasião.” (Carta de Barcelona, 1990). Assim sendo a mesma foi reformulada em Bolonha, 1994; em Gênova, 2004; e na Carta das Cidades, 2020. Portanto em reverencia a este espírito renovador será trazida a sua definição atualizada na Carta de 2020:

A Cidade Educadora tem personalidade própria, integrada no país do qual faz parte. A sua identidade é, por conseguinte, interdependente da do território em que está inserida. É, também, uma cidade relacionada com o seu meio envolvente, com outros núcleos urbanos do seu território, com os meios rurais que a rodeiam e as cidades dos outros países. O seu objetivo constante será aprender, inovar e partilhar, e, portanto, enriquecer e tornar mais segura e digna a vida dos seus habitantes. (EDUCADORAS, Carta das Cidades 2020, p. 4)

Esta carta não foi escrita aleatoriamente seguindo apenas a vontade e os desígnios de alguns congressistas por mais bem intencionados que sejam, mas está fundamentada em importantes documentos de abrangência internacional desde a,

[...]Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966); na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); na

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher celebrada em Pequim (1995); na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); na Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2005); na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); no Acordo de Paris sobre o Clima (2015) e na Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável (2015). (EDUCADORAS, Carta das Cidades. 2020)

Documentos estes que a legitimam, demonstrando o caráter de reconhecimento e respeito da Cidade Educadora ao desenvolvimento da cidadania, igualdade entre raças, gênero, idades, culturas, deficiências e sustentabilidade:

A cidade será educadora quando reconhecer, exercer, e desenvolver para além das suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), uma função educativa, quando assumir a intenção e a responsabilidade cujo objetivo é a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e jovens. (BARCELONA, Carta de.. 1990)

Iniciando pela infância e juventude sim, entretanto sem jamais esquecer dos adultos que são a principal força de trabalho a levantar nossas sociedades, e nem olvidar os idosos, que trazem nas mãos a chave da experiência sem a qual não se constroem civilizações. Como também afirmado no item número 20 da carta, “Uma cidade educadora não segregará as gerações” (BARCELONA Carta de, 1990). Por outro lado, a Cidade Educadora, pode ser pensada,

A nova sociedade do bem-estar não tem sentido sem uma referência ao educativo. Assim, perante as necessidades assinaladas, perfila-se a Cidade Educadora como um quadro teórico de referência para a gênese de ações orientadas a entender o território como espaço educativo, que necessitam de uma Administração Relacional desde a sua formação e consolidação. As propostas educativas que se suscitam no território devem surgir do acordo entre os diferentes agentes, da sintonia entre instituições e recursos, pois que a educação não é só uma preocupação do sistema educativo mas sim um instrumento social e cultural imprescindível para a coesão comunitária e pessoal: “no mundo contemporâneo, os objectivos da educação e o processo educativo são de tal complexidade que nenhuma instituição educativa poderá ser suficiente para esta tarefa; a única solução consiste em reestruturar a sociedade de tal forma que se possa comprometer todos os seus segmentos e todas as suas instituições no processo educativo” (VILLAR, 2007, p.14).

Segundo seus principais proponentes no Brasil, as transformações pelas

quais o mundo vem passando exige uma transformação também da forma de pensar os problemas sociais. “A racionalidade técnica instrumental” não daria mais conta, assim como não deu conta de resolver os problemas da cidade, e por isso, invoca novas estratégias para “priorizar a intervenção e as práticas movidas a partir de políticas e programas sociais” (CARVALHO, 2016, p.8). Para que seja educadora, a cidade deve prescindir de algumas ferramentas e dispositivos. Descentralização, educação permanente, protagonismo, tolerância/compreensão e inclusão, parecem ser as palavras de ordem do movimento (MANGANOTTE, 2018, p.57).

A autora (Idem, 2018, p. 58) vai além ao afirmar que, embora o marco histórico do movimento esteja assentado em torno dos Congressos das Cidades Educadoras, em Barcelona, e depois em Porto Alegre no Brasil, suas influências remontam à década de 1970, com a publicação do emblemático relatório “Aprender a ser”, também conhecido como Relatório Faure, pela Unesco. Juntamente com o relatório, vieram as propostas de Educação Permanente e Cidades Educadoras.

A Unesco [...] tinha consciência das tendências da educação num mundo que se globalizava em ritmo crescente. Por isso mesmo, o relatório Aprender a Ser, procurando antecipar-se aos fatos, dizia, com muita segurança: ‘A partir de agora, a educação não se define mais em relação a um conteúdo determinado que se trata de assimilar, mas concebe-se, na verdade, como um processo de ser que, através da diversidade de suas experiências, aprende a exprimir-se, a comunicar, a interrogar o mundo e a tornar-se sempre mais ele próprio. Sendo assim, a educação tem lugar em todas as idades da vida e na multiplicidade das situações e das circunstâncias da existência. Retoma a verdadeira natureza, que é ser global e permanente, e ultrapassa o limite das instituições, dos programas dos métodos que lhe impuseram ao longo dos séculos’.(BARROS,2006,p.17)

A ideia de Cidades Educadoras nasce daí, juntamente com a aposta de que a aprendizagem não deve restringir-se à um espaço específico (escolas), à um período específico da vida (infância), e tampouco sob a responsabilidade de um grupo específico no interior da sociedade (professores) (ZAPLETAL, 2016): a educação deveria dar-se também fora da escola, na cidade, ao longo da vida de todos, e com a participação de diversos “grupos, associações, sindicatos, coletividades locais, corpos intermediários que devem encarregar-se, pela sua parte, de uma responsabilidade educativa” (BARROS, 2006, p.17). Trata-se,

reiterando, de um claro espraçamento das funções outrora designadas para as instituições tradicionalmente educativas, como a escola, para o espaço da cidade e, não obstante, incluindo todas as gerações neste processo “urbano-educacional” (VIEIRA, 2012).

Na outra via, apresenta-se como uma responsabilização coletiva acerca do futuro das cidades e da resolução de seus problemas (VIEIRA, 2012), é preciso engajar a população, torná-la

protagonista nesse processo de consolidação de um projeto de vida para a cidade, pois negociar expectativas e necessidades, responsabilizar-se pelas propostas e ingerir nas formas de operar as ações são habilidades imprescindíveis para o exercício qualificado da cidadania. (BLASIS, 2006, p.63).

Uma vez autônoma torna-se, pois, gestora de si própria. Neste caso, deve “avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem” e deverá “empreender, sem dirigismos, ações com uma explicação ou uma interpretação razoáveis. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária à descoberta” (Rede Brasileira de Cidades Educadoras, 2006,p.159).

2.3.2 - O que é Cidadania?

Uma noção pode ser traduzida como a capacidade do indivíduo inserir-se no coletivo de ser cidadão, diz respeito aos direitos humanos e só será plena enquanto o ser humano os usufrua plenamente e assim cumpra seus deveres.

[...] Juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, e conseqüentemente sujeito de direitos e deveres. A relação do cidadão com o Estado é dúplice: de um lado, os cidadãos participam da fundação do Estado, e portanto estão sujeitos ao pacto que o criou, no nosso caso a Constituição Federal de 1988. Portanto, sendo o Estado dos próprios cidadãos, os mesmos têm o dever de zelar pelo bem público e participar, seja através do voto, seja através de outros meios, formais e informais, do acompanhamento e fiscalização da atuação estatal. [...]”Mas nem tudo depende apenas do Estado. O conceito de cidadania vai muito além, pois ser cidadão significa também tomar parte da vida em sociedade, tendo uma participação ativa no que diz respeito aos problemas da comunidade. [...] A cidadania deve ser entendida, nesse sentido, como processo contínuo, uma construção coletiva que almeja a

realização gradativa dos Direitos Humanos e de uma sociedade mais justa e solidária.. (PARANÁ, Secretaria da Justiça, Família e Trabalho)

Portanto, havendo alguma interferência no exercício de qualquer dos Direitos Humanos, isto poderá refletir na cidadania. Pode ser exemplificado pela situação do indivíduo preso, que, portanto teve suspensos eu direito de ir e vir, e, se condenado com sentença transitado em julgado, perante a legislação brasileira perde também o direito ao voto tendo desta forma sua cidadania afetada. O conceito do mesmo utilizado na pesquisa é dado por Santos,

Ser 'cidadão de um país', sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode contribuir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político. (SANTOS, 2000, p.113).

Assim, a cidadania apesar de parecer tão próxima do indivíduo, que é ele mesmo partícipe e fundador do Estado, continua por este sendo sonogada e mantida distante daquele. Outra forma de negar cidadania é a inexistência de políticas públicas capazes de erradicar o analfabetismo.

Que a alfabetização tem que ver com a identidade individual e de classe, que ela tem que ver com a formação da cidadania, tem. É preciso, porém, sabermos primeiro, que ela não é a alavanca de uma tal formação—ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania—segundo, é necessário que a tomemos e a façamos como um ato político, jamais como um que fazer neutro. (Freire, Paulo. 1987, p.9)

Se ao sujeito alfabetizado não está garantida a cidadania, esta não existe sem aquela.

A preparação para o exercício da cidadania, incluindo a autonomia, a participação e o diálogo como princípios educativos, envolve tanto os processos organizacionais internos da escola como a articulação com os movimentos e organizações da sociedade civil. (Libâneo, José C. 2004, p. 9)

Nós recebemos uma herança moral em que temos direito a um teto, a comida, a educação, a saúde, direito ao trabalho, a liberdade, a existência. Isso gera uma lógica em que: a) os direitos são menosprezados pelo Estado e sociedade; b) o respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania; c) a cidadania se aprende, torna-se um estado de espírito, enraizado na cultura, uma conquista a manter.

Nesse caminho, Santos (2000, p. 48) retoma a reflexão sobre a solidariedade ao afirmar que,

Essa nova lei do valor – que é uma lei ideológica do valor – é uma filha diletta da competitividade e acaba por ser responsável também pelo abandono da noção e do fato da solidariedade. Daí as fragmentações resultantes. Daí a ampliação do desemprego. Daí o abandono da educação. Daí o desprezo à saúde como um bem individual e social inalienável. Daí todas as novas formas perversas de sociabilidade que já existem ou se estão preparando neste país, para fazer dele – ainda mais – um país fragmentado, cujas diversas parcelas, de modo a assegurar sua sobrevivência imediata, serão jogadas umas contra as outras e convidada a uma batalha sem quartel.

O autor (2000, p.113) coloca como problema ainda,

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

Por fim, Milton Santos (2000, p.50-60) classificava a cidadania em três tópicos, conforme mostra no quadro 1 abaixo, a primeira seria a não cidadania em que não é dada a população a condição para se autodeterminar; a segunda seria a confusão que se faz entre possuir dinheiro e ser cidadão, aliás, nem sempre quem tem condições de consumir produtos pode ser considerado um cidadão; terceira seria a alienação pelo consumo gerando um cidadão imperfeito, alheio ao que acontece com o mundo a sua volta.

Quadro 1 – Síntese teórica da cidadania em Milton Santos (2000)

Não cidadão	Mas há cidadania e cidadania. Há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são.
Consumidor/usuário	Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário. O dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagismo crescente. O cidadão torna-se mutilado, devido ao sujeito consumidor.
Do cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito	A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos.

Adaptação: Santos (2000, p.50-60)

A cidadania pode ser conceituada de diversas maneiras, mas a cidadania pensada nesse trabalho seria a cidadania em que a liberdade envolve uma situação social, jurídica e política, além é claro deve-se ter o direito de reclamar e ser ouvido na coletividade. Outro elemento importante seria a entender que a cidadania evolui através de um processo de lutas. Não poderíamos de citar que historicamente, a cidadania surge do burgo, o burguês, nascia, ou seja, o cidadão era o homem do trabalho livre, vivendo num lugar livre, a cidade. Como resposta na busca dos direitos perdidos, a procura do novo cidadão deve se dar em toda parte e não só na cidade.

O consumidor não é cidadão, assim como, o eleitor não é cidadão. No Brasil há extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, todos os serviços básicos estão ausentes. Portanto, o cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida.

2.4 - O que é um Espaço Público Degradado?

Nos espaços públicos é que acontece a vida coletiva da cidade, onde ocorrem eventos e as pessoas se encontram exercendo a cidadania. “O conceito de degradação é muito amplo e genérico, variando e dando margem à subjetividade de acordo com o contexto e o ramo profissional. [...]” (SANCHES, 2011, p. 33). Especialmente para o caso em questão esta constatação é pertinente, pois há que se ter olhares voltados ao educar a partir de múltiplas vertentes e em espaços diversificados..

Com a atenção voltada para o ambiente urbano percebe-se como degradado um espaço público abandonado que sofreu redução ou perda de suas principais funções influenciando negativamente os habitantes.

A qualidade dos espaços públicos determinam os usos e a frequência dos usuários no local através de suas edificações, fachadas, fluxos, usos, mobiliários, texturas, culturas, cores e paisagens. Os entornos podem ser potencializadores ou inibidores de certos tipos de comportamento, processos cognitivos, estados de ânimo, etc. Os ambientes inibidores têm muito mais efeito sobre as pessoas, o que nos alerta para o efeito negativo que um ambiente degradado pode ter sobre a população. (Boni, Débora M S. / Salcedo, Rosio F B 2019, p.1)

Daí a importância de se restaurar os espaços degradados oferecendo um mínimo de conforto e bem estar aos usuários.

Esta pesquisa faz-se necessário porque a Cidade Educadora é uma possibilidade viável de enfrentamento contra a falta de estímulo a cidadania no Brasil e no mundo, bem como, uma ferramenta necessária para amenizar ou diminuir, por exemplo, a degradação dos espaços públicos em Nerópolis. Existe um ditado popular que afirma “ se você quiser mudar o mundo, comece pelo lugar”. No caso “lugar” faz inferência aos espaços onde pode ocorrer estímulos mais intensos a práxis social. Santos (2000, p.114) pontua ao descrever,

Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo.

Em outro trecho o autor (Idem, 2000, p.113), faz um alerta,

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode contribuir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania

reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

Percebe-se que no Brasil não é dada as condições necessárias para que as pessoas torne-se cidadãos. Os problemas regionais e municipais é um laboratório vultoso para se buscar uma cidadania plena das pessoas, isso vai depender, de soluções buscadas localmente com uma redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações pensada numa construção coletiva de baixo para cima, ou seja, as individualidades no lugar como motor do espaço no exercício da existência plena.

Diante desse quadro, espaços degradados em Nerópolis são ações de indivíduos não cidadãos. Por outro lado, é importante destacar que o objetivo dessa pesquisa não é encontrar os sujeitos da degradação, mas sim, entender porque esses sujeitos cometem essas degradações na cidade. Uma possível resposta está na reflexão da Arendt (2010, p. 19), quando problematiza sobre fazer o bem e o mal,

Foi ausência de pensamento – uma experiência tão comum em nossa vida cotidiana, em que dificilmente temos tempo e muito menos desejar de parar e pensar – que despertou meu interesse. Será o fazer-o-mal (pecados por ação e omissão) possível não apenas na ausência de qualquer estímulo particular ao interesse ou à volição? Será que a maldade – como quer que se defina esse estar “determinado a ser vilão” – não é uma condição necessária para fazer-o-mal? **Será possível que o problema do bem e do mal, o problema de nossa faculdade para distinguir o que é certo do que é errado, esteja conectado com nossa faculdade de pensar?** Por certo, não, no sentido de que o pensamento pudesse ser capaz de produzir o bem como resultado, como a “virtude pudesse ser ensinada e aprendida – somente hábitos e costumes podem ser ensinados, e nós sabemos muito bem com que alarmante rapidez eles podem ser desaprendidos e esquecidos quando as novas circunstâncias exigem uma mudança nos modos e padrões de comportamento.

Desse modo, estimular a educação para a cidadania faz com que crie um sistema capaz de fazer indivíduos a pensar, consequentemente com hábitos cotidianos em distinguir o certo do errado, repercutindo holisticamente. Os espaços são degradados porque falta cidadania aos indivíduos a fim de uma valorização dos espaços públicos, bem como, com sua preservação. Sem contar na dificuldade em estabelecer noções e distinções entre o que é público e privado, bem como, repensar suas ações no espaço.

Entende-se por uma área degradada na cidade como um espaço físico no qual teve suas características paisagísticas deformadas por alguma atividade antrópica. O Manual de Gerenciamento de áreas contaminadas da CETESB (2009) define de forma bem simplificada que áreas degradadas são áreas onde ocorrem processos de alteração das propriedades físicas e/ou químicas de um ou mais

compartimentos do meio ambiente. No contexto urbano, há poucas referências literárias quanto à definição do termo. Bitar (1997) defende que nas cidades, onde há muitas variáveis socioeconômicas e ambientais, e interações complexas, a degradação “está geralmente associada à perda da função urbana do uso do solo (...)”.

Para Sanches (2011, p.27) muitas cidades de países em desenvolvimento, como o Brasil, o problema atual das áreas degradadas é acentuado por um quadro de fragilidades ocioeconômica, de forte especulação imobiliária associada a uma atuação pouco efetiva do Poder Público junto ao planejamento urbano e às políticas fundiárias mais democráticas, merecendo, assim, maior atenção.

A autora acrescenta ainda que Idem (2011, p.33),

Como o foco desta pesquisa é o ambiente urbano, as áreas degradadas abordadas aqui são entendidas como espaços vazios, abandonados e subutilizados, que perderam sua função qualitativa do ponto de vista econômico, ambiental ou social. Em termos econômicos, são locais desvalorizados e excluídos de investimentos. Sob o aspecto social, são áreas mais vulneráveis a atividades marginais e ilícitas, favorecendo a violência e o crime, vulneráveis a ocupação irregular, e geralmente se verifica a ausência de identidade da comunidade com o local.

Fica uma indagação solta no ar: como amenizar os impactos das áreas degradadas numa cidade? A possível resposta está no investimento em educação para a cidadania. Estimulando uma rede educacional em múltiplos espaços não somente dentro dos muros das escolas, mas além das escolas.

Pensando essa problemática para a cidade Morigi (2014, p.45), discute que,

Para reapaixonar a cidadania pelo interesse nos destinos de seu município, precisamos pensar e criar novas práticas participativas que influam nos caminhos dos governos. Esses novos processos precisam ser mais eficazes do que os conhecidos até o momento, para que se inicie a transformação da cultura política, possibilitando um real envolvimento das diversas camadas da população, muito além da simples presença obrigatória nos pleitos eleitorais.

Espaços degradados são resultantes de uma dinâmica social que reverbera a falta de uma cidadania, ou até mais do que isso, não é dada as condições da população torna-se cidadã. Espaços degradados é uma contradição social que entre outras, precisa ser enfrentada. A Cidade Educadora seria uma possibilidade possível para amenizar os impactos das ações antrópicas ao meio ambiente, a sede do município.

2.5 - Como podemos contextualizar a Educação na contemporaneidade?

Para sintetizar de forma bem preliminar, a educação pode ser descrita como a área do conhecimento utilizada pela humanidade para transmitir de maneira sistematizada os saberes da existência às novas gerações. Comparando ao ensinar, que mostra como fazer algo; a educação esclarece o motivo pelo qual se deve agir daquele determinado modo para obter o resultado desejado. No entanto certamente esta não é a única explicação, como demonstra Brandão (2007, p. 9):

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. Em mundos diversos a educação existe diferente [...]; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas. Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, [...] primeiro sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos.

Nota-se como característica da educação que ela tanto pode ser trazida ao sujeito através do outro, como pode o próprio indivíduo, em algumas situações se auto educar através da observação crítica dos fenômenos e eventos; que um nativo indígena habituado a extrair tintura de jenipapo utilizando métodos primitivos pode ser educado nos meandros da tecnologia da informação digital, como um engravatado tecnocrata de banco central envolvido no dia-a-dia dos mercados financeiros tem a intrínseca capacidade de ser educado naqueles primitivos métodos indígenas. A educação é inerente ao ser humano e pode ser utilizada para criar ou para destruir.

Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora

coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível. (Freire, Paulo. 1987, p. 43)

Em outras palavras, é necessário ao educador despir-se da roupagem de educador e cobrir-se com as vestes do educando para assim produzir uma educação libertadora.

Como nos diz Milton Santos (1987, p. 123), desigualdades nascem da cidadania enquanto posição que o indivíduo ocupa num dado lugar,

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar.

Sobre o compromisso dos educadores com as novas gerações, Arendt (2005a) defende que:

a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (p. 247).

Entende-se que a realidade educacional é um espelho do momento histórico atual em que tudo que é sólido desmancha no ar. Como diria Bauman, nas obras *Modernidade líquida*, *Mal estar da pós-modernidade*, *Amor Líquido*, enfim, as relações humanas tornaram mais fluidas e fragmentadas, o movimento e desconstrução do sólido é que dá ritmo os diversos segmentos sociais, incluindo a educação.

Diante da complexidade do tema, deixamos em aberto em discussão, pois exigiria mais tempo para descortiná-lo. Nesse momento da pesquisa, tornaria muito caro a discussão, pois exigiria uma gama extensa de revisão bibliográfica, portanto, entendemos que uma abordagem necessária que faremos em outro momento.

É um tema que exige uma abordagem histórica ampla entrando nas raízes da educação, além buscar uma ousadia em pensar a pulsação da educação na

contemporaneidade. É um tema que entraria numa rede de conceitos que agora não daríamos conta em problematizar.

3 - CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Nesta pesquisa até se pensou numa metodologia qualitativa, mas tivemos que direcionar para uma pesquisa pura com revisão bibliográfica, análise documental, questionários e ofícios. A revisão bibliográfica tem como objetivo evidenciar as diferentes perspectivas de abordagem do tema, conforme abordado pela Carta de Barcelona (1990) e Cabezudo (2004).

A análise documental tenciona amparar a pesquisa nos fundamentos legais do Decreto 1550 de 27 de maio de 2010, do Projeto de Lei nº 4 de 1936, e da Lei estadual nº 104, de 03/08/1948, em fotografias e em vídeo; os questionários e ofícios por sua vez, possuem o intuito de coletar informações administrativas e dados públicos junto à Prefeitura e Câmara municipal de Nerópolis relacionados, à Biblioteca Municipal, à Brinquedoteca Municipal, ao Lago Municipal de Nerópolis, ao Parque Ecológico Municipal Rosa dos Ventos (PEMRV) e ao Centro comunitário, visando atender ao objetivos geral e aos específicos da pesquisa. A delimitação temporal é o ano de 2021 e a geográfica é o município de Nerópolis – GO.

Num primeiro momento da pesquisa fizemos um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos: território, cidade, cidadania, cidades educadoras, espaços degradados, dentre outros, a fim de obter uma abrangência mais acurada sobre o entendimento do referido objeto de estudo. Compilamos os principais teóricos com a meta de buscar um fato novo, uma curiosidade sobre a temática analisada.

O momento posterior, o objetivo primaz fora catalogar dados oriundos da prefeitura, órgãos municipais a fim de aferir os espaços degradados, mas devido, a excepcionalidade da pandemia do covid 19, esses dados ficaram em aberto, pois não conseguimos ter acesso aos documentos oficiais, seja anuários, atas, ofícios, panfletos, bem como documentos jurídicos oriundos de cartórios, autobiografias, memórias, material cartográfico. Outro empecilho diz respeito a arquivos particulares como bancos, igrejas, indústrias, sindicatos, escolas, associações, residências, dentre outras.

Num terceiro momento, analisamos em fontes estatísticas junto aos sites do IBGE, Instituto Mauro Borges, Google Maps, dentre outros, com o objetivo de traçar um olhar para o município de Nerópolis através de dados quantitativos, sabendo que muitos dados matemáticos podem mascarar a realidade complexa do município e cidade de Nerópolis. Em alguns momentos houve generalizações na tentativa de encontrar nexos entre os espaços degradados, a cidade de Nerópolis e a possibilidade da Cidade Educadora.

A análise qualitativa sem dúvida fez muita falta nos estudos, pois os sujeitos da pesquisa ficaram sem voz. Procuramos usar de recursos com entrevistas pelo Whatsapp, videoconferência, envio de ofícios, dentre outros. Nessa perspectiva não houve uma sintonia no confronto necessário entre elementos empíricos e teóricos. Sabemos que uma pesquisa rigorosa exige-se testar hipóteses, verificar informações, confrontar dados estatísticos. Diante das dificuldades já mensuradas, segue o quadro das hipóteses levantadas.

Quadro 2 – hipóteses levantadas sobre o objeto de estudo

Como as políticas públicas em educação pensam a cidade de Nerópolis (fragmentada ou integrada)?	As políticas públicas em educação acessadas pela pesquisa demonstram que a cidade é pensada de forma fragmentada.
É possível educar e ser educado pelos cidadãos em uma cidade?	Sim, como exemplo vemos as pessoas se auxiliando uma as outras no acesso aos caixas eletrônicos dos bancos num claro processo educacional.
Como a população de Nerópolis participam das decisões coletivas?	Durante a pesquisa não foi possível perceber a atuação efetiva dos conselhos de educação, da merenda escolar ou outras formas de participação, portanto resta apenas o exercício do voto para prefeito e vereadores no que se refere à participação popular em relação ao município.

Quais são os espaços mais degradados de Nerópolis?	A pesquisa detectou a Biblioteca Municipal, a Brinquedoteca Municipal, o Lago Municipal, o Parque Ecológico Rosa dos Ventos e o Centro comunitário, antiga Câmara.
A falta de ações políticas no município rumo a uma Cidade Educadora traduzem em espaços degradados em Nerópolis?	A pesquisa não revela ligação entre as duas coisas, pois estes espaços já estão sendo degradados antes de se cogitar a Cidade Educadora em Nerópolis.
Considerações finais	Constatou-se que através da análise dos espaços degradados na cidade de Nerópolis/GO a partir de uma concepção teórica das Cidades Educadoras, Identificação das áreas públicas mais degradadas na cidade de Nerópolis/GO, e a quantificação das despesas do município de Nerópolis com os espaços degradados na cidade nos últimos cinco anos.

Organização: autor, 2021.

As hipóteses são provisórias, sujeitas a refutação e contestações, para Bunge (1972, p.09) acumulação e compreensão dos fatos levantados são as duas finalidades da pesquisa. Esse levantamento de dados se faz através de hipóteses precisas, formuladas e aplicadas sob a forma de respostas às questões (problema da pesquisa).

Pela excepcionalidade do momento de pandemia, esse trabalho enveredou-se para uma linha de pesquisa básica, pura ou fundamental, ou seja, buscar ampliar os conhecimentos teóricos, sem uma preocupação imediata em utilizar os dados coletados na prática. Sendo uma pesquisa formal, tendo como parâmetro generalizações, princípios, leis. Uma espécie de conhecimento pelo conhecimento.

Mostrou-se uma pesquisa bibliográfica porque utilizou mais materiais escritos. Em certo momento mostrou-se interdisciplinar porque por dialogou por diferentes campos das ciências sociais: geografia, sociologia, economia-política, dentre outras.

4 - CAPÍTULO 3 – ESPAÇOS PÚBLICOS DEGRADADOS EM NERÓPOLIS - GO: A CIDADE EDUCADORA COMO POSSIBILIDADE

4.1 – Caracterização socioespacial de Nerópolis

De acordo com o IBGE, a região foi desmembrada do Município de Pirenópolis, em 1892, passando a pertencer a Santana das Antas (atual Anápolis). Em 1894, Joaquim Taveira, anapolino, estabeleceu-se com sua família nas proximidades do Ribeirão Capivara, com um acampamento, passando da derrubada das matas para o cultivo de produtos agrícolas. Para a colonização do lugar, contou com o apoio de famílias que o acompanharam. O lugarejo nascente ficou conhecido como Matinha dos Taveiras. Em 1898, por sugestão de Fulgêncio Taveira, filho do fundador, o topônimo foi mudado para Campo Alegre, coerente aspecto da região após o devastamento da floresta.

Em 1904, o povoado passou à condição de Vila. Extinta em 1913, foi restabelecida em 1918, com a denominação de Cerrado, topônimo alterado, em 1930, para Nerópolis em homenagem ao senador Nero Macedo.

A alta fertilidade das terras e a exuberância das pastagens favoreceram o crescimento rápido. Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, figura no município de Anápolis o distrito de Nerópolis. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Nerópolis permanece no município de Anápolis. Elevado à categoria de município com a denominação de Nerópolis, pela lei estadual nº 104, de 03/08/1948, desmembrado de Anápolis. Sede no antigo distrito de Nerópolis. Constituído do distrito sede. Com sua emancipação em 1948, o Município passou a constituir-se Termo Comarca de Anápolis. Em Abril de 1949 o Município realiza sua primeira eleição para Prefeito e Câmara Municipal, que é composta por 7 (sete) vereadores. Logo após foi o termo elevado à categoria de Comarca pela Lei nº 685, de 13 de Novembro de 1952. Em 3 de maio o senhor Bento Silva instala a Comarca de Nerópolis, sendo seu primeiro Juiz de Direito o Dr Osvaldo Costa. Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído do distrito sede.

Tem limites com os municípios de Ouro Verde de Goiás, Anápolis, Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Goiânia, Santo Antônio de Goiás e Nova Veneza.

A cidade já foi considerada a “capital do alho do estado”. Hoje se destaca pela grande produção de doces, sendo chamada também como a “Cidade Goiana do Doce” e por ser celeiro de grandes times amadores do estado de Goiás como o Ajax (extinto), Nerópolis Tabajara, União Nerópolis e Americano, com vários títulos conquistados, inclusive a nível estadual. O quadro 3 abaixo mostra as características socioambientais de Nerópolis/GO.

ALTITUDE:	Está a sede municipal a 700 metros acima do nível do mar, e o município oscila entre 650 e 850 metros.
CLIMA:	A temperatura do município é calculada em: média das máximas, 32°C; média das mínimas, 15°C; e média compensada de 25°C a 26°C. O clima do município está classificado como tropical úmido, e é considerado como excelente.
HIDROGRAFIA:	O município é bem regado de águas, que são potáveis e permanentes. Dentre outros citam-se os seguintes Ribeirão Capivara, Ribeirão Cachoeira e Ribeirão João Leite; estes últimos fazem limites com o município de Anápolis. O Ribeirão Cachoeira nasce no município e deságua no Rio Meia Ponte. Como elevação pode ser citado o Morro da Bandeira.
POPULAÇÃO	Sua população estimada em 2010 era de 24.210 habitantes IBGE/2010.
LOCALIZAÇÃO:	Nerópolis está localizado no coração de Goiás, próximo às principais cidades do estado (Goiânia e Anápolis), e é cortado pela rodovia GO-080, com ligação ao norte pela BR-153 no sentido norte-nordeste brasileiro.

Fonte: <https://www.neropolis.go.gov.br/historia/>

Localizada no “Centro-Oeste do Estado, na mesorregião: Centro Goiano. Municípios Limítrofes: Petrolina de Goiás (ao norte), Nova Veneza (a oeste), Anápolis (a leste), Goiânia (ao sul), e Ouro Verde de Goiás (ao noroeste)”.(SILVA. 2012, p.158). Estando “Situada a 812 metros de altitude, Nerópolis tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 16° 24' 23" Sul, Longitude: 49° 13' 7" Oeste.



Figura 1: Localização de Nerópolis na mesorregião Centro Goiano/GO

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ner%C3%B3polis>

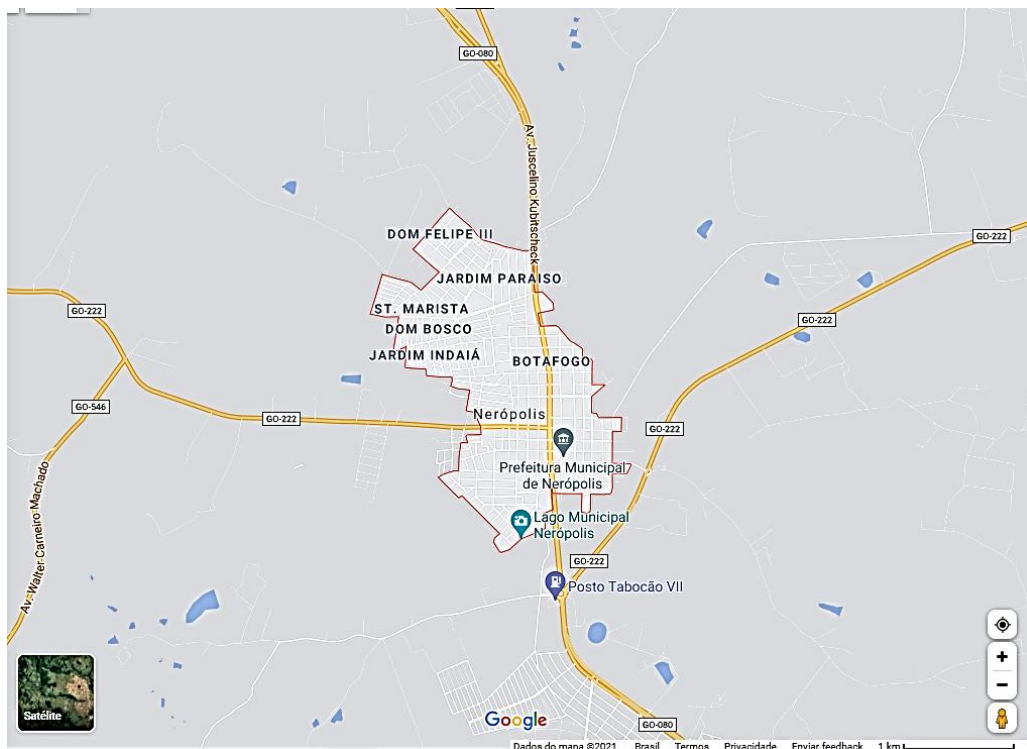


Figura 2: Principais rodovias que atravessam Nerópolis

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ner%C3%B3polis>

Nerópolis é o lar do Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco”, (Brasil-Cidade. 2021), Nerópolis não nega a origem pirenoplina: é rico em águas: (Nerópolis, prefeitura municipal de),

O município é bem regado de águas, que são potáveis e permanentes. Dentre outros citam-se os seguintes Ribeirão Capivara, Ribeirão Cachoeira e Ribeirão João Leite; estes últimos fazem limites com o município de Anápolis. O Ribeirão Cachoeira nasce no município e deságua no Rio Meia Ponte. Como elevação pode ser citado o Morro da Bandeira. [...] A cidade já foi considerada a ‘capital do alho do estado’. Hoje se destaca pela grande produção de doces, sendo chamada também como a ‘Cidade Goiana do Doce’.

A “Estrêla que brilha no centro do cerrado brasileiro” (SILVA 2012, p.224), segundo versa o poeta nativo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE(2010) “tem grande maioria de residentes católicos, com maior parte da pirâmide etária entre 20 e 34 anos de idade.” Nerópolis é uma cidade do Estado de Goiás, “[...] tem por gentílico: neropolino, população estimada em 30.395 pessoas (2020), e área territorial de 204,217km²” (2020).

“As terras que hoje formam os municípios de Corumbá, Anápolis e Nerópolis pertenciam, desde o início do século XVIII, a Pirenópolis. Em 1892 Nerópolis desmembrou-se, passando a fazer parte do então município de Santana das Antas. (Anápolis).” (SILVA, 2012. p.15).

Este episódio acima merece um olhar mais apurado uma vez que naquela data ainda não existia a denominação ‘Nerópolis,’ nem habitantes no local, como demonstrado nas duas próximas citações recuadas, deixando indagações como: Quem desmembrou? Porquê? Houve interesse político de Santana das Antas? Pois:

Em 1894 Joaquim Taveira, fazendeiro anapolino, escolhe um lugar às margens do Ribeirão Capivara [...], cerrado inabitado, para sede de uma fazenda. Traz consigo, além de sua família, várias outras, formando um aglomerado de casas [...] que passou a ser conhecida como Matinha dos Taveiras. (SILVA, 2012. p.15)

Com o passar do tempo a Matinha dos Taveiras mudou de nome para Campo Alegre, mais adiante Capivara, novamente Campo Alegre, depois Cerrado, e a seguir foi rebatizado “[...] recebendo a denominação de Nerópolis, em homenagem ao senador Nero Macedo de Carvalho que teria prometido fazer passar pelo distrito a estrada de ferro que ligaria Anápolis à nova capital, Goiânia”.

A mudança de nome para Nerópolis entrou como ‘Projeto de Lei nº 4 de 1936, Art. 1º- O atual Distrito de Cerrado, criado por Lei Municipal, antigo Campo Alegre, passará a chamar-se Nerópolis. Sala das sessões municipais, 15 de janeiro de 1936’ (Ata – Projeto de Leis da Câmara Municipal de Anápolis). (SILVA, 2012. p.18)

Após contar cinquenta e quatro anos desde a fundação do povoado foi “elevado à categoria de município com a denominação de Nerópolis, pela lei estadual nº 104, de 03/08/1948” (Nerópolis, prefeitura municipal de.), desmembrando de Anápolis e permanecendo com o mesmo topônimo até os dias atuais.

Lembrando que o Ribeirão João Leite é um manancial da capital do Estado e que Nerópolis um dos 20 municípios integrantes da Região Metropolitana de Goiânia. São seus símbolos “Bandeira do município, Brasão e o Hino [...] tem como autor da letra o Padre Ronaldo Manoel da Silva, e da música, Ailton Ferreira da Silva. Tornou-se Lei municipal pelo decreto 1550, de 27 de maio de 2010”. (SILVA. p. 176).

Ocupando o 50º lugar no Índice de Desempenho dos Municípios (IDM. 2018, p. 29) entre os 246 municípios goianos, Nerópolis está estrategicamente localizada próximo a três importantes polos de comércio, serviços, logística e industriais, a distancia de “34,63 km de Goiânia” (To, pt.distance. 2021) pela GO 080, e somente “32,29 km de Anápolis” (To, pt.distance, 2021) via GO 222, e a “185,87 km de Brasília” (To, pt.distance, 2021) seguindo pela BR 060.

4.1.2 – Noções da formação cultural de Nerópolis

Contata-se que de certo modo, a cultura de Nerópolis sofre influência religiosa desde a fundação. Esse fato, pode ser reverberado quando Silva (2012, p.114) afirma que podemos afirmar que a formação cultural neropolina acontece em 3 fases

ou momentos. [...] Cultura é, conceituando, o modo de ser e de viver no mundo, com todas as suas influências e interferências. Em Nerópolis a formação cultural já se formula,

“[...] Inicia com a fundação do povoado em 1894 e recebe influências do fundador Joaquim Taveira. Sobretudo na religião com a primeira missa, a construção da capela, a escolha do padroeiro e a festa religiosa. Traços que existem até hoje como herança cultural porque influenciaram e interferiram no modo de ser do nosso povo. (SILVA, 2012, p.115).

Na segunda etapa, com importância significativa no processo cultural houve a chegada de estrangeiros e outros nacionais em busca de terras e de trabalho, conforme ilustra

Esta fase começa a partir de 1925, com a chegada de imigrantes das famílias italianas, japonesas e migrantes de outros Estados, [...] resultando em uma interculturalização em que as três nacionalidades absorveram elementos culturais umas das outras. Isso ocorreu na linguagem, na agricultura, na culinária e na aproximação através da religião católica. [...] Dessa convivência traços culturais foram formados, dando um rosto único à identidade neropolina. Isso se evidencia no gosto pelas festas, ida aos bailes de forró, participação nas folias de reis, na escrita e consumo de música sertaneja, de viola, na admiração da catira.[...].(IDEM, 2012, p.115).

Na terceira etapa observa-se alguns efeitos da pressão populacional no desenvolvimento cultural da cidade.

“Em 1990, com a instalação da indústria Quero, a cidade passou a atrair um número elevado de pessoas vindas de fora, à procura de emprego. [...] O processo de industrialização trouxe mudanças econômicas e sociais importantes e, paradoxalmente, do ponto de vista das raízes culturais tradicionais, muitas perdas. Boa parte da população, vinda de fora, não vê Nerópolis como sua cidade histórica, e vão criando outras relações. Com isso há falta de sentimento de pertença e amor ‘enraizado’ pela cidade e suas riquezas culturais tradicionais.” (IBIDEM, 2012. p. 116)

Em que pesem estas mudanças, as perdas e a não-pertença; seguem vivas na atualidade manifestações como: “[...] Reza do terço, novenas, festa dos padroeiros, procissões, folias de reis, folia de São Sebastião e benzedadeiras. É comum pessoas acreditarem em crendices, simpatias, feitiços e superstições [...].”

(SILVA,2012.p.118).e em cada manifestação há personagens ocupando funções específicas, assim como

“Os carreiros neropolinos que participam da romaria que vai ao Santuário-Basílica do Divino Pai Eterno, [...] são um marco importante no município. Contudo só é uma evidência pequena da grande importância que teve este meio de transporte. [...] O carro de boi fora usado para o transporte de cereais, mudanças, carroto de canas e puxamento das moendas de engenhos na fabricação de rapaduras e cachaça; [...] para o arrasto de madeiras, aração de terras para o plantio e no fabrico de telhas e tijolos nas cerâmicas”. (SILVA, 2012. p. 120).

Havendo também outras atividades culturais como artes plásticas, escultura, literatura, na música: instrumentistas, cantores, conjuntos e bandas musicais em que se destacam autores neropolinos.

Por outro lado, a condição atual da cidade de Nerópolis mostra-se modificada pelo desenvolvimento tecnológico, notadamente na informática e nas comunicações, o que se traduz em uma infinidade de produtos e serviços a exigir novos aprendizados, novos códigos e regramentos para que se possa acessá-los e usufruir as possibilidades de usos e conexões, produzindo modificações no comportamento das pessoas se gerando intensas transformações culturais.

Portanto, desde já se põe o desafio de pensar a possibilidade de Nerópolis como uma Cidade Educadora, dado que o momento é propício a mais esta mudança, a qual deve necessariamente trazer embutida a capacidade de produzir respostas que possam ter aplicações mais imediatas às novas demandas educacionais, em consonância com a atualidade cultural conectada em redes em que aqueles que ainda não dominam os novos códigos vêm ampliar-se o fosso das desigualdades e cada vez mais carecem pontes.

Compreendendo que devido à situação de saúde pública o momento atual deve ser dedicado ao devido planejamento e estruturação, reservando a implantação para quando as condições técnicas e sanitárias sejam mais indicadas. Não é demais lembrar que caso aceite esta responsabilidade Nerópolis pode vir a ter um papel pioneiro assumindo importante liderança no Estado, caso tente ousar para práxis cidadãs.

4.3 - ESPAÇOS PÚBLICOS DEGRADADOS EM NERÓPOLIS - GO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Espaço público é área, terreno, equipamento ou edificação pertencente ao município que se diferencia do espaço privado porque aquele se destina ao atendimento de toda a coletividade enquanto este somente ao proprietário.

Análise dos espaços degradados na cidade de Nerópolis/GO a partir de uma concepção teórica das Cidades Educadoras. Identificação das áreas públicas mais degradadas na cidade de Nerópolis/GO. Quantificação das despesas do município de Nerópolis com os espaços degradados na cidade nos últimos cinco anos. Nos parágrafos adiante descreve-se alguns equipamentos públicos degradados ou não.

4.3.1 - A Biblioteca municipal

Localizada no centro da cidade, a Biblioteca já prestou bons serviços à comunidade quando ocupava todo o espaço do prédio, possuía mobiliário adequado e espaço para atender aos usuários que desejassem fazer consultas no local, equipamento informatizado e mais funcionários para atendimento ao público. Atualmente funciona de modo precário, sem equipamentos de informática, sem mobiliário adequado nem para espaço para atender aos usuários, divide o prédio com a Secretaria de Educação e conta com apenas uma funcionária. Segue trecho do e-mail da SME em resposta à consulta da pesquisa:

Em relação a Biblioteca, ela existe fisicamente, a SME funciona dentro do prédio da Biblioteca Municipal. As despesas com funcionários, livros são realizadas pelo FME, mas nos últimos anos, cada escola tem sua biblioteca que atende as necessidades dos alunos. [...] Não realizamos o projeto Cidade Educadora.

É um equipamento com potencial para a Cidade Educadora. Não foram obtidos documentos que possam elucidar as modificações mencionadas. Não foram obtidas informações sobre despesas com manutenção.

4.3.2 - A Brinquedoteca Municipal

Localizada no centro da cidade, a Brinquedoteca já prestou bons serviços à comunidade. Há anos está fechada. Segue trecho de e-mail da SME em resposta à consulta da pesquisa: “Em relação a Brinquedoteca, no município existe um prédio ‘denominado’ Brinquedoteca, que está desativado por não ter a lei de criação, nem projeto educacional específico. [...] Não realizamos o projeto Cidade Educadora.” É um equipamento com potencial para a Cidade Educadora. Não foi obtido documento a respeito do fechamento ou projetos de reabertura. Assim como não foram obtidas informações sobre despesas com manutenção.



Figura 3: Brinquedoteca, vista externa a partir da contra-esquina.

Fonte: “Nerópolis em foco, 2021”



Figura 4: Brinquedoteca, vista interna, mato crescendo.

Fonte: “Nerópolis em foco, 2021”

4.3.3 - O Lago

Localizado em ponto periférico da cidade, construído no curso do córrego Catingueiro, o lago produz efeito benéfico no clima urbano, conta com área de convivência, pista de skate e campo de areia em mau estado de conservação, todos com uso vedado e a prática da natação está proibida. Há acúmulo de lixo nas margens do lago; podendo ser descrito como espaço público degradado.

A construção do lago ecológico e para lazer, vem de encontro ao desejo da população neropolina, além de trazer o benefício de umidificar o clima seco de nossa região, também atrairá turistas, investimentos, valorizando cada vez mais o município de Nerópolis, bem como propiciando a prática do esporte aquático de várias modalidades. (Lei, Projeto de)

É um equipamento com potencial para a Cidade Educadora. Não se obteve documentos esclarecedores a respeito das modificações ocorridas na utilização do bem, embora seja de conhecimento público na cidade ter havido várias mortes por afogamento no lago. Não há informação sobre despesas com manutenção.



Figura 5: Pista de skate com ranhuras e desníveis.

Fonte: "Pacheco, Elaine. 2021"

Na imagem acima é possível perceber que a pista de skate com ranhuras e desníveis. A falta de manutenção implica na perda da principal função do equipamento: o valor de uso, portanto enquadra-se como degradado.



Figura 6: Placa com logo da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros interditando o lago para banho em contradição com projeto inicial

Fonte: “Pacheco, Elaine. 2021”



Figura 7: Lixeira degradada à margem do Lago, uma entre várias outras, caída, sem pé, com fundo podre.

Fonte: Nerópolis News (@neropolis_news) 2021”

Pelas imagens acima é possível perceber uma continuidade na manutenção dos equipamentos públicos. As prefeituras investem nos sistemas de objetos, mas falta, uma rotina e insistência nos sistemas de ações, principalmente, em ações com vistas a cidadania para preservação e meio ambiente.

4.3.4 - O Parque Municipal Ecológico Rosa dos Ventos

O parque é um projeto da promotoria da cidade em conjunto com a Prefeitura, localizado na Área de Proteção Ambiental do João Leite, desde a sua criação é destinado à educação entre outras finalidades, portanto é um equipamento adequado para a Cidade Educadora.

[...] Na borda da antiga estrada Nerópolis/ Anápolis, [...] APA João Leite, criada pelo Decreto Estadual 5704/2002, margeando o córrego Capivara, [...] Artigo 2º, § Único: O PEMRV destina-se a fins científicos, culturais, educativos, lazer, e ao ecoturismo, constituindo-se em bem do Município de uso comum da população, cabendo ao Poder Público Municipal fazer cumprir os objetivos de sua criação. (Lei, projeto de. 027/2010)

No entanto atualmente o parque se encontra em estado de degradação que dificulta sua utilização. Não foram recebidos documentos públicos que pudessem melhor esclarecer a situação do PEMRV, por exemplo quanto ao

art. 3º, § Único: O Plano de Manejo do Parque Rosa dos Ventos será realizado por meio de equipe técnica e trabalho científico com prazo máximo de cinco anos a contar da promulgação da presente Lei, com fim de contabilizar os devidos usos previstos na área.

Também não foram recebidas informações sobre despesas com manutenção.



Figura 8: postes degradados faltando luminária.

Fonte: “Pacheco, Elaine. 2021”



Figura 9: Escadaria abandonada com pintura mofada, blocos do piso soltos, capim crescendo.

Fonte: “Pacheco, Elaine. 2021.”

4.3.5 - O Prédio do Centro comunitário, antiga Câmara Municipal

Localizado na Rua Roberto Roncato esquina com Praça São Benedito, o edifício já foi a sede do Cinema, do INSS, da Câmara municipal, do Centro comunitário, Prev-Cidade entre outros. Há anos abandonado e em mau estado de conservação, atualmente é utilizado como depósito de materiais usados da Prefeitura além de entulho, é o único prédio descuidado no centro da cidade. Equipamento presente na História do município há mais de seis décadas, quiçá seja passível de tombamento.

Por volta de 1904 o povoado possuía a capela de pau a pique, onde hoje está erguida a matriz da cidade. Onde atualmente está o jardim da praça era o cemitério, sendo depois também um campo de terra. [...] Havia uma meiágua pertencente ao Izidoro de Abreu (hoje o grande prédio do Cine Goiás).(A Tribuna de Nerópolis, 1958) apud (SILVA 2012,p.24)

Tem potencial para a Cidade Educadora. Não foram recebidos documentos públicos a respeito do Centro comunitário. Não há informação sobre despesas com manutenção.



Figura 10: Foto antiga do centro comunitário

Fonte: “Nerópolis em foco”, 2021.

Em síntese, foram constatadas menção à construção de políticas públicas na educação em dois momentos, o primeiro está no vídeo de apresentação do PEMRV, quando a então promotora da cidade comenta aos 00.30 segundos, disponível em: <https://youtu.be/ngPSRde6WGk>, haver consultado os anseios da comunidade estudantil em relação ao Parque;o segundo momento consta na Justificativa ao Projeto de Lei do Lago municipal em que o então prefeito menciona que “A construção do lago ecológico e para lazer, vem de encontro ao desejo da população neropolina, [...]”. No entanto atualmente verifica-se carência de efetividade das políticas supra citadas

5 - CONCLUSÃO

Após haver dedicado uma considerável parcela de esforço pessoal e de tempo à este TCC já ansiando por chegar ao fim, por concluir esta etapa, percebo que não há conclusão plausível no sentido de acabar, de terminar a tarefa, pela dimensão e pelo caráter inovador do tema Cidade Educadora, que comparo a um território elástico, quanto mais caminho em direção às fronteiras mais elas se afastam.

Mas foi possível constatar que há uma espécie de cultura nos municípios brasileiros que deve-se investir mais nos sistemas de objetos em detrimento dos sistemas de ações, haja visto que educar para a cidadania exige tempo e investimentos constantes e nem sempre ações emancipatórias se traduzem em voto.

Entretanto há vários ganhos a comemorar decorrentes do simples fato de pesquisar, por exemplo, a ampliação da minha percepção a respeito do tamanho do fosso das desigualdades sociais, de que a tecnologia deve sempre estar a serviço do ser humano no sentido de se adaptar cada vez mais às capacidades e sensibilidades deste e não o contrario, do significado de ser cidadã e do preço a pagar por isto, da relação Cidadão/ Estado, do valor do papel que cada um desempenha na sociedade, da minha localização no território, de que os resultados não somente foram parciais devido às minhas próprias limitações, às condições adversas impostas pela pandemia mas também pelo silencio de alguns funcionários da prefeitura que deixaram de responder à pesquisa subtraindo-nos cidadania e evidenciando que descaso e degradação têm significados muito próximo; de saber que estes tópicos serão os tijolos da construção compartilhada do conhecimento com meus alunos. Desta forma a pesquisa permanece em aberto para novos desenvolvimentos.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução: Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. 2ª edição: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BARCELONA, Carta de. 1990. Disponível em: <<https://cidadeseeducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadoras-barcelona.pdf>>. Acesso em: 16/04/2021 as 22:03.
- BARCELONA. *Ajuntament de Barcelona*. Disponível em: <<http://w110.bcn.cat/po>>. Acesso em: 26/04/2014.
- BARROS, A.; ALMEIDA, F.J.; NOGUEIRA, M.A.; ROCHA, S. *Que cidade educadora*
- BITAR, O.Y. *Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de Doutorado. Escola Politécnica: Universidade de São Paulo, 1997.
- BLASIS, E. *Os habitantes fazem a diferença nos projetos municipais de educação*. São Paulo: Cadernos CENPEC – Pesquisa e Ação Educacional, vol.1, nº.1, 2006.
- BONI, Débora M S. / SALCEDO, Rosio. Cronotoposóciofísico do espaço público em centro urbano consolidado. 2019. Universitat Politècnica de Catalunya. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/133928/31-13.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20/05/2021 as 19:50
- BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. *Pesquisa Participante: O Saber da Partilha*. 1ªed. São Paulo: Idéias e Letras, 2007. p 272.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 2007
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. Editora Brasiliense: São Paulo, 2007.
- BRASIL-cidade. <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-neropolis.html> Acesso em 13/05/2021 as 17:22
- CABEZUDO, Alicia. *Cidade Educadora: uma proposta para os governos locais*. In: GADOTTI, M.; PADILHA, P. R.; CABEZUDO, A., (orgs). *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.
- CARLOS, A. F. A. (2005). O direito à cidade e a construção da metageografia. In: *Cidades: revista científica/Grupo de estudos urbanos*. Vol. 2, no. 4. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos.

CARLOS, Ana F. A. A cidade/8 ed. 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2007 (Repensando a Geografia.) Disponível em: <https://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/A-Cidade.-Ana-Fani-Alessandri-Carlos.pdf> Acesso em: 31/05/2021 As 17:14

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et. al. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, J.S.F. de. *Os muros da escola: Por que preservar as instituições de ensino das demandas imediatas do mundo*. Revista Educação, abr. 2015. Disponível em:

CAVALCANTI, L. de S. Aprender Sobre A Cidade: A Geografia Urbana Brasileira E A Formação De Jovens Escolares. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-18

CAVALCANTI, L. de S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia/GO: Editora Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas/SP: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana. APRENDER SOBRE A CIDADE: A GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DE JOVENS ESCOLARES Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-18, p. 2 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820130.pdf> Acesso em: 10/05/2021as 16:49

CETESB, GTZ. *Manual de áreas contaminadas*. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/areas-contaminadas/manual.asp>>. Acesso em: 03 de março. 2009.

CIDADES, Carta das. 2020. Associação Internacional das Cidades Educadoras. . Disponível em: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf Acesso em: 16/04/2021 as 21:37.

COSTA, Benhur P. da, MACIEL, Jaqueline L. *O território como conceito-chave na educação ambiental – reflexões a partir do projeto comunitário “Jardim Botânico e a comunidade: preservando a flora nativa”*. Boletim Gaúcho de Geografia, 31, out2016, p. 126-145.

FERNANDES, Bernardo M. *Os Campos Da Pesquisa Em Educação Do Campo: Espaço E Território Como Categorias Essenciais*. p.2, 2006 UNESP Disponível em: [http://forumeja.org.br/br/sites/forumeja.org.br/files/artigo_bernardo%20\(texto%20complementar\).pdf](http://forumeja.org.br/br/sites/forumeja.org.br/files/artigo_bernardo%20(texto%20complementar).pdf) Acesso em: 19/05/2021

Freire, Paulo. São Paulo, 1987 Disponível em:
http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1028/1/FPF_OPF_06_007.pdf Acesso
 em: 19/05/2021 As 18:59

-----Pedagogia do oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987

Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: 27/04/2021 as 21:30

Estadual, governodecreto 5704/2002 Disponível em:

Acesso em 23/05/2021 as 19:29

GADOTTI, Moacir. “A Escola Na Cidade Que Educa”. *Cadernos Cenpec – Educação e Cidade*. São Paulo, n 1, p. 133-141, primeiro semestre de 2006.

GÓMEZ-GRANEL, C. e VILLA, I. *A Cidade como projeto educativo*. Barcelona: Artmed, 2003.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. (2010). Disponível em: 10/06/2016 às 18:00h.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. *As armadilhas do território*. In: In: SILVA, José B. da; SILVA, Cícero N. M. da; DANTAS, Eustógio W. C. (org.). *Território, modo de pensar e usar*. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 19-41.

HAESBAERT, Rogério. *Territorio e multiterritorialidade: um debate*. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531> Acesso em 12/04/21 19:53

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/neropolis.html> Acesso em: 28/04/2021 as 21:31

LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. São Paulo, GEOUSP – Espaço e Tempo, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740> Acesso em: 12/04/2021

Nerópolis, prefeitura municipal de. Disponível em: <https://www.neropolis.go.gov.br/historia/>

Acesso em: 17/05/2021 as 17:53

-----, Disponível em: <https://www.neropolis.go.gov.br/historia/>

Acesso em: 18/05/2021 as 14:11

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13268/000642201.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 18/05/2021 As 15:32

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. 5 ed. ver. ampl. – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MANGANOTTE, Marina Braguini. *Escola que inclui, cidade que educa: apropriações do Programa Mais Educação em uma escola na periferia de São Paulo*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. USP, 2018.

MORIGI, Valter. *Cidades Educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia*. Tese de Doutorado. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2014.

PARANÁ, Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. O que é cidadania? Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-Cidadania#> Acesso em 17/04/2021 às 20:40

PAREDES, Edesmin, Wilfrido Palácios. Poder local, cidadania e educação: das condições para a construção de uma cidade-educadora: um estudo produzido a partir do bairro Restinga-Porto Alegre. Dissertação de mestrado 2007 UFRGS Disponível em:

[queremos?](#) São Paulo: Cadernos CENPEC – Pesquisa e Ação Educacional, vol.1, nº.1, 2006.

SANCHES, Patrícia Mara. *De Áreas Degradadas a Espaços Vegetados*. São Paulo, Editora Senac, 2014. Disponível em:

<https://www.editorasenacsp.com.br/portal/produto.do?appAction=vwProdutoDetalhe&idProduto=21674> acesso em 15/04/21 as 18:41

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática, 1993. Disponível em: scholar.google.com.br/citations?user=PkGMO7gAAAAJ&hl=pt-BR&oi=sra#d=gs_md_cita-d&u=%2Fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3DPkGMO7gAAAAJ%26citation_for_view%3DPkGMO7gAAAAJ%3ASe3iqnhoufwC%26tzm%3D18 Acesso em: 19/05/2021 as 11:01

3ASe3iqnhoufwC%26tzm%3D18 Acesso em: 19/05/2021 as 11:01

To,pt.distance. Disponível em: <https://pt.distance.to/Goiania-Goiania,Goi%C3%A2nia,Goi%C3%A1s,BRA/Ner%C3%B3polis,Goi%C3%A1s,BRA> Acesso em: 17/05/2021 as 18:55

----- Disponível em: <https://pt.distance.to/An%C3%A1polis,Goi%C3%A1s,BRA/Ner%C3%B3polis,Goi%C3%A1s,BRA> Acesso em: 17/05/2021 as 19:02

----- Disponível em: <https://pt.distance.to/Bras%C3%ADlia,Distrito-Federal,BRA/Ner%C3%B3polis,Goi%C3%A1s,BRA> Acesso em: 17/05/2021 as 19:06

<<http://www.revistaeducacao.com.br/os-muros-da-escola/>>. Acesso em: dez de 2017.

SANCHES, Patrícia Mara. *De áreas degradadas a espaços vegetados: potencialidades de áreas vazias, abandonadas e subutilizadas como parte da infraestrutura verde urbana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo/SP: FAUSP, 2011.

SANCHES, Patrícia Mara. *De áreas degradadas a espaços vegetados: potencialidades de áreas vazias, abandonadas e subutilizadas como parte da infraestrutura verde urbana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo/SP: FAUSP, 2011.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

VILLAR, M.B.C. *A cidade Educadora: Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*. 4ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

ZAPLETAL, P. P. *Ampliação da jornada escolar: mais aprendizagem de quê?* 2017, 135p. Dissertação (Mestrado em Educação). – Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

7 - APÊNDICES

OFÍCIO Nº 001 / 2021_____

Nerópolis , 19/05/2021

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nerópolis, Sr. João César dos Santos Florentino ou a quem o represente.

Assunto: Solicitação de informações sobre a situação legal e possíveis projetos de utilização referentes à Biblioteca, à Brinquedoteca, ao Lago, ao Parque Ecológico, ao prédio do Centro comunitário, antiga Câmara, bem como informação das despesas com manutenção dos locais supra-citados, nos últimos cinco anos.

Ilmo. Sr.,

Informo que as informações solicitadas deverão ser utilizadas no meu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Docência e Educação Básica e Profissional. IFG-Inhumas

Certa de vossa atenção, aguardo breve retorno.

Atenciosamente,

Elaine Pacheco de Oliveira CPF 71037560159

Protocolo - Recebido por: _____

Data de recebimento: _____

A resposta ao presente ofício deve ser endereçada a: pachecoelaine375@gmail.com

OFÍCIO Nº 002 / 2021_____

Nerópolis , 24/05/2021

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nerópolis, Sr. João César dos Santos Florentino ou a quem o represente.

Assunto: Solicitação de informações sobre a situação legal e possíveis projetos de utilização referentes à Biblioteca, à Brinquedoteca, ao Lago, ao Parque Ecológico, ao prédio do Centro comunitário, antiga Câmara, ao prédio do Centro comunitário, antiga Câmara; bem como informação das despesas com manutenção dos locais supra-citados nos últimos cinco anos.

Ilmo. Sr.,

Informo que as informações solicitadas deverão ser utilizadas no meu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Docência e Educação Básica e Profissional. IFG-Inhumas
Certa de vossa atenção, aguardo breve retorno.

Atenciosamente,

Elaine Pacheco de Oliveira CPF 71037560159

Protocolo - Recebido por: _____

Data de recebimento: _____

A resposta ao presente ofício deve ser endereçada a: pachecoelaine375@gmail.com

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PÓS GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
ELAINE PACHECO DE OLIVEIRA

Questionário à Prefeitura Municipal de Nerópolis

Parque Ecológico:

Quais as políticas públicas relacionadas?

A Prefeitura oferece vigilância/segurança? Extensiva à trilha

Finalidade prevista/Atual/Documentos legais?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Biblioteca:

Quais as políticas públicas relacionadas?

Finalidade prevista/atual/Documentos legais?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Lago:

Quais as políticas públicas relacionadas?

A Prefeitura oferece vigilância/segurança?

Finalidade prevista/atual/Documentos legais?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Brinquedoteca:

Quais as políticas públicas relacionadas?

Finalidade prevista/atual/Documents legais?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Centro comunitário, Antiga Câmara Municipal, antigo INSS, antigo Cinema

Quais as políticas públicas relacionadas?

A Prefeitura oferece vigilância/segurança?

Finalidade prevista/atual/Documents legais?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Nerópolis 17/05/2021

Muito obrigada pela atenção.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PÓS GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
ELAINE PACHECO DE OLIVEIRA

Questionário à Prefeitura Municipal de Nerópolis

Parque Ecológico:

Quais as políticas públicas relacionadas?

A Prefeitura oferece vigilância/segurança? Extensiva à trilha

Finalidade prevista/Atual/Documentos legais?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Biblioteca:

Quais as políticas públicas relacionadas?

Finalidade prevista/atual/Documentos legais?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Lago:

Quais as políticas públicas relacionadas?

A Prefeitura oferece vigilância/segurança?

Finalidade prevista/atual/Documentos legais?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Brinquedoteca:

Quais as políticas públicas relacionadas?

Finalidade prevista/atual/Documents legais?

Como se dá o atendimento ao público?

Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Centro comunitário, Antiga Câmara Municipal, antigo INSS, antigo Cinema

Quais as políticas públicas relacionadas?

A Prefeitura oferece vigilância/segurança?

Finalidade prevista/atual/Documents legais?

Como se dá o atendimento ao público?

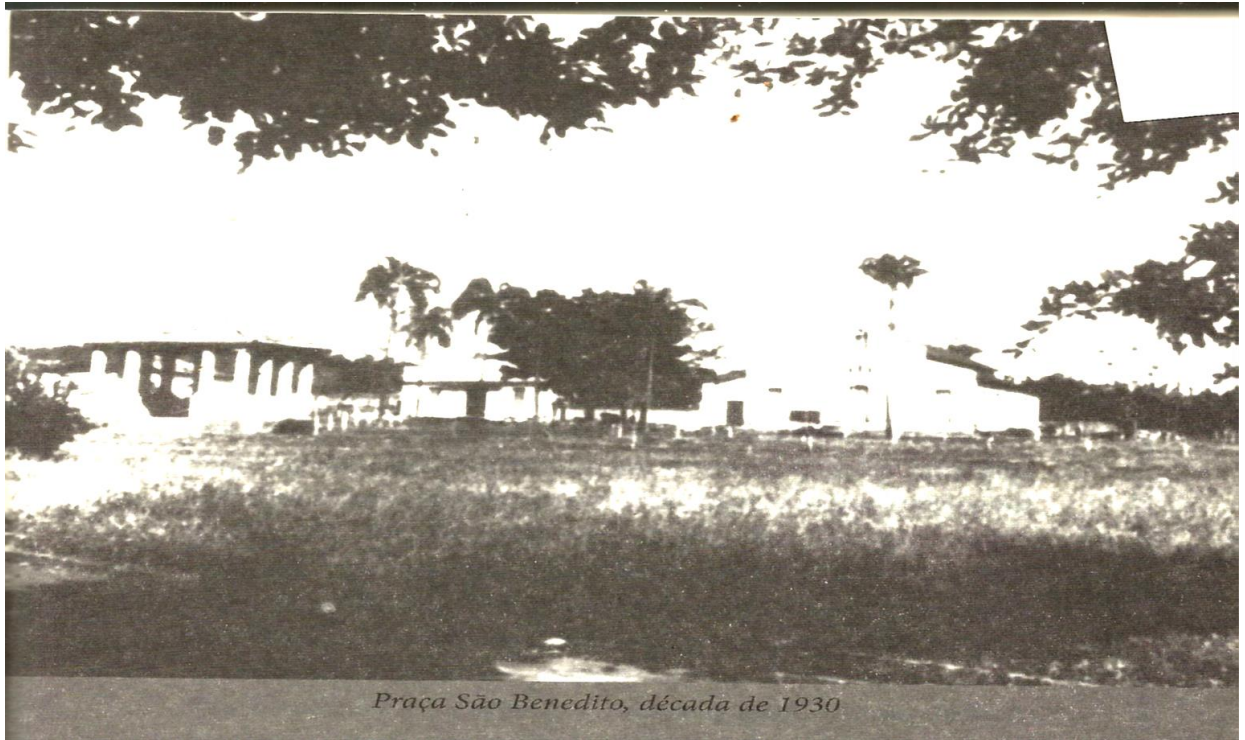
Quais as despesas do município com este bem nos últimos cinco anos/ ano a ano?

Quais as perspectivas de aproveitamento como Cidade Educadora?

Nerópolis 24/05/2021

Muito obrigada pela atenção.

8 - ANEXOS



“Praça São Benedito, década de 1930” (SILVA, 2012, p. 13)

No centro, ao fundo a igreja do padroeiro, São Benedito, à esquerda ainda havia o coreto.

“Onde atualmente está o jardim da praça era o cemitério, sendo depois também um campo de terra”. (A Tribuna de Nerópolis, 1958) apud (SILVA 2012,p.24)

ANEXO -B**Documento B: E-mail da SEM com resposta ao ofício de solicitação nº001/2021**

De: educacao@neropolis.go.gov.br <educacao@neropolis.go.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 27 de maio de 2021 16:16

Para: elainepacheco de oliveira <pachecoelaine_7@hotmail.com>

Assunto: Re: Srª Divina Rosilda de Oliveira Caixeta

Boa tarde Elaine, em resposta ao ofício Nº001/2021 esclareço:

Em relação a Biblioteca, ela existe fisicamente, a SME funciona dentro do prédio da Biblioteca Municipal.

As despesas com funcionários, livros são realizadas pelo FME, mas nos últimos anos, cada escola tem sua biblioteca que atende as necessidades dos alunos.

Não realizamos o projeto Cidade Educadora.

Em relação a Brinquedoteca, no município existe um prédio "denominado"

Brinquedoteca, que está desativado por não ter a lei de criação, nem projeto educacional específico.

Espero ter ajudado e me coloca a disposição.

Att.

Divina Rosilda de Oliveira Caixeta

Sec. Municipal de Educação

ANEXO-C

Projeto Lago Municipal de Nerópolis



PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GOIÁS

Adm 2009/2012
Incluído no Expediente nos termos do

Art. _____, Letra "_____", do Regi-
mento Interno da Câmara Municipal.

Em 22 de 05 de 2009

Nerópolis-GO, 18 de maio de 2009.

Projeto de Lei nº 001/2009
Poder Executivo

"DISPÕE SOBRE COMPRA OU DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NERÓPOLIS, Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo, por força desta Lei, autorizado adquirir por compra ou desapropriação por necessidade pública, os imóveis que especifica.

"Começa no marco M01, cravado na margem direita do córrego Catingueiro; daí segue pelo limite da faixa de domínio da GO-080, com Az-175°55'06" e distância de 181,600m até o marco M02, cravado na confrontação com produtos cerâmicos N. S. Aparecida; daí segue nessa confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: Az.-262°49'07" - 92,970m; Az.-199°33'48" - 127,981m; Az- 195°24'14" - 9,880m; Az-86°13'45" - 16,042m; Az-186°16'56" - 74,369m; Az-101°22'08" - 90,690m; Az-118°10'37" - 48,520m, passando pelos marcos M03, M04, M05, M06 e M07, fica excluída a área compreendida entre os marcos M07 até o M17, segue do M07 em linha reta até o M17, passando pelos marcos M18, M19, M20, indo até o marco M21, cravado na confrontação com ARI GOMES e outros; daí segue nessa confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: Az-333°18'07" - 9,325m; Az-354°48'50" - 125,180m; Az-78°34'12" - 66,242m; Az-348°11'07" - 59,001m; Az-91°50'30" - 17,142m; Az-342°04'51" - 98,308m; Az-275°19'03" - 17,629m; Az-325°07'38" - 13,148m, passando pelos marcos M22, M23, M24, M25, M26, M27, M28, indo até o marco M29, cravado na margem direita do córrego Catingueiro; daí segue por este abaixo até o marco M01, ponto de partida.

Art. 2º - A área ora adquirida por compra ou desapropriação mediante indenização, será destinada a construção de um lago ecológico e também para lazer.

Art. 3 - As despesas correrão por conta do orçamento programa do município, cuja classificação é: 10.16-15.452.501.1.022.4.4.90.61.00.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nerópolis, Estado de Goiás, aos 18 dias do mês de maio de 2009.

GIL TAVARES
Prefeito Municipal

MARCELINO ROCHA DANTAS
Sec. Gov. Adm. e Planejamento

2-3-0-2222



Adm.2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GOIÁS

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Membros do Poder Legislativo de Nerópolis,

Tenho a honra de submeter á deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da exposição de motivos o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre aquisição ou desapropriação por necessidade pública, de uma área de terra que destina á construção de um lago.

A construção do lago ecológico e para lazer, vem de encontro ao desejo da população neropolina, além de trazer o benefício de umidificar o clima seco de nossa região, também atrairá turistas, investimentos, valorizando cada vez mais o município de Nerópolis, bem como propiciando a prática do esporte aquático de várias modalidades.

Considerando tratar-se de projeto de alta relevância e grandes benefícios ao nosso município, solicitamos a aprovação do presente projeto de lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nerópolis-GO, aos 18 dias do mês de maio de 2009.

GIL TAVARES
Prefeito Municipal

LASSO

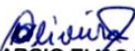
MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: FAZENDA CERRADO - PARTE
 PROPRIETÁRIOS: LUIZ FERNANDO JUNQUEIRA RAMOS E OUTROS
 MUNICÍPIO: NERÓPOLIS - GO
 ÁREA: 21,61.25 ha. OU 216.128,48 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÃO

"COMEÇA NO MARCO M1, CRAVADO NA MARGEM DIREITA DO CÓRREGO CATINGUEIRO; DAÍ SEGUE PELO LIMITE DA FAIXA DE DOMÍNIO DA GO-080, COM AZ-175°55'06" E DISTANCIA DE 181,600 m ATÉ O MARCO M2, CRAVADO NA CONFRONTAÇÃO COM PRODUTOS CERÂMICOS N. S. APARECIDA; DAÍ SEGUE NESSA CONFRONTAÇÃO COM OS SEGUINTE AZIMUTES E DISTANCIAS: AZ-262°49'07"-92,970m; AZ-199°33'48"-127,981m; AZ-195°24'14"-9,880m; AZ-86°13'45"-16,042m; AZ-186°16'56"-74,369m; AZ-101°22'08"-90,690m; AZ-118°10'37"-48,520m, PASSANDO PELOS MARCOS M3, M4, M5, M6, M7, M8 INDO ATÉ O MARCO M9, CRAVADO PRÓXIMO À ROTATÓRIA DE ACESSO A NERÓPOLIS; DAÍ SEGUE NESSA CONFRONTAÇÃO COM OS SEGUINTE AZIMUTES E DISTANCIAS: AZ-177°28'00"-39,750m; AZ-204°50'05"-5,890m; AZ-220°40'23"-9,910m; AZ-209°06'36"-14,760m; AZ-194°55'12"-21,460m; AZ-236°55'12"-8,750m; AZ-252°29'13"-18,840m, PASSANDO PELOS MARCOS M10, M11, M12, M13, M14, M15 INDO ATÉ O MARCO M16, CRAVADO AS MARGENS DE UMA ESTRADA VICINAL; DAÍ SEGUE MARGEANDO ESTA ESTRADA COM OS SEGUINTE AZIMUTES E DISTANCIAS: AZ-270°08'55"-101,590m; AZ-265°57'24"-96,489m; AZ-264°33'52"-40,377m; AZ-259°08'50"-60,965m; AZ-257°47'23"-247,722m, PASSANDO PELOS MARCOS M17, M18, M19, M20 INDO ATÉ O MARCO M21, CRAVADO NA CONFRONTAÇÃO COM ARI GOMES E OUTROS; DAÍ SEGUE NESSA CONFRONTAÇÃO COM OS SEGUINTE AZIMUTES E DISTANCIAS: AZ-333°18'07"-9,325m; AZ-354°48'50"-125,180m; AZ-78°34'12"-66,242m; AZ-348°11'07"-59,001m; AZ-91°50'30"-17,142m; AZ-342°04'51"-98,308m; AZ-275°19'03"-17,629m; AZ-325°07'38"-13,148m, PASSANDO PELOS MARCOS M22, M23, M24, M25, M26, M27, M28 INDO ATÉ O MARCO M29, CRAVADO NA MARGEM DIREITA DO CÓRREGO CATINGUEIRO; DAÍ SEGUE POR ESTE ABAIXO ATÉ O MARCO M01, PONTO DE PARTIDA.

NERÓPOLIS, 04 DE ABRIL DE 2.009.


 R.T. - MARCIO ELIAS DE OLIVEIRA
 AGRIMENSOR CREA-GO 1.132/TD

ANEXO - D

Projeto do Parque Ecológico Municipal Rosa dos Ventos



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GOÍÁS

PROTOCOLO Nº 2820
 Em 29 / 04 / 2010
 Câmara Municipal

Nerópolis-GO, 28 de abril de 2010.

Projeto de Lei 027/2010.

Incluído no Expediente nos termos do
 Art. _____, Letra "_____", do Regi-
 mento Interno da Câmara Municipal.
 Em 10 de 05 de 2010

Primeira Escrito

"Cria o Parque Ecológico
 Municipal e dá a sua
 denominação".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NERÓPOLIS, Estado de Goiás,
 no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal
 aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o "PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL
 ROSA DOS VENTOS" – PEMRV, com a área total de 12,12 68ha, iguais ainda
 a 121.268,00m², destacado da Fazenda Saltador/Serrado, antigo "Córrego do
 Cafe", objeto da matrícula nº. 5.813, fls. 01 do Livro 02 (ficha) do Cartório de
 Registro de Imóveis desta Comarca, conforme Certidão em anexo, de domínio
 da Prefeitura Municipal de Nerópolis, em razão do processo de desapropriação
 em trâmite nesta Comarca sob o nº 200601206910, que faz parte da APA
 João Leite, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.704/2002.

§1º - O PEMRV é delimitado por polígono irregular e "Inicia no
 marco M 1, definido pelas coordenadas UTM:E= 690837.001M e N=8185562M,
 relativas ao sistema DATUM – SAD 69, MC 51° W, cravado na margem
 esquerda do córrego Capivara, e na borda da antiga estrada
 (Nerópolis/Anápolis); deste segue pela referida estrada, com azimuth de
 quadrícula az. 30°18'25" e Distância de 410.05m, até o marco M 2, cravado na



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GO

confrontação com área da SANEAGO; deste segue por esta confrontação nos azimutes de quadricula e distâncias de az. $67^{\circ}55'36''$ – 26.83m, marco M.3 e az. $121^{\circ}54'54''$ – 153.48m, até o marco M.4, cravado na confrontação com terras de JINROKO MASSUDA; deste segue por confrontação, no azimute de quadricula de az. $139^{\circ}53'15''$ – e distância de 233.72m, até o marco m.5, cravado na confrontação com terras de Geraldo Barbosa; deste segue por esta confrontação, no azimute de quadricula de az. $243^{\circ}09'24''$ e distância de 465.09m até o marco M.6, cravado na margem esquerda do córrego Capivara; deste segue pelo córrego Capivara (veio d'água acima) por suas curvas e quedas naturais, até o marco M.1, ponto de início desta descrição"

§2º - É parte integrante desta Lei a planta do Levantamento planialtimétrico do Perímetro e Confrontações da Área do PEMRV descrita no "caput" deste artigo.

Art. 2º. O Parque Ecológico Municipal Rosa dos Ventos – PEMRV tem por objetivo:

- I- Ser agente transformador de conceitos com fundamentos na sustentabilidade e ocupação positiva dos espaços por seus usuários com mínimo impacto ao meio-ambiente;
- II- Garantir a preservação dos ecossistemas naturais e a recuperação das áreas degradadas;
- III- Promover a educação ambiental, o uso ambiental, econômico e social dos espaços públicos como modelo de construção e aproveitamento racional dos recursos naturais e artificiais;
- IV- Oferecer lazer a população por meio de atividades culturais, turísticas e esportivas; e



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GO

012

- V- Autossustentar-se através das atividades desenvolvidas no próprio parque, que terão por fundo gerador a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Parágrafo único - O PEMRV destina-se a fins científicos, culturais, educativos, lazer, e ao ecoturismo, constituindo-se em bem do Município de uso comum da população, cabendo ao Poder Público Municipal fazer cumprir os objetivos de sua criação.

Art. 3º - É parte integrante do Parque Ecológico Municipal Rosa dos Ventos as seguintes intervenções humanas e edificações descritas no anexo I:

- a) Praça Rosa dos Ventos;
- b) Praça das Lembranças;
- c) Praça da Saúde;
- d) Praça dos Sentidos;
- e) Praça das Ciências;
- f) Praça da Cultura, e
- g) Praça Ecumênica.

Parágrafo Único - O Plano de Manejo do Parque Rosa dos Ventos será realizado por meio de equipe técnica e trabalho científico com prazo Máximo de cinco anos a contar da promulgação da presente Lei, com fim de contabilizar a preservação com os devidos usos previstos na área.

Art. 4º - As áreas caracterizadas hoje como comerciais inseridas na área do Parque Rosa dos Ventos, ou seja, as feiras, bar/lanchonete, cine-teatro-auditório, dentre outras, terão seu uso regulamentado pelo Plano de Manejo a que alude o artigo anterior, com o intuito de garantir a sua harmonização.

012



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GO

Art. 5º - O entorno do PEMRV sofrerá restrições quanto ao número de pavimentos (gabarito) e uso do solo, conforme delimitações previstas na Lei do Plano Diretor Democrático, Seção VII – Das Zonas de Proteção Ambiental.

§1º - No perímetro citado no "caput" deste artigo, não serão admitidas atividades comerciais, indústrias ou de prestação de serviços que emitam ruídos, odores, gases e afins, que possam causar danos à vida animal e vegetal existente na área do Parque.

§2º - Os estabelecimentos já em funcionamento dentro da área definida pelo perímetro citado, deverão se adequar ao previsto na presente Lei e sua regulamentação, bem assim previsto na Lei do Plano Diretor Democrático.

Art. 6º - A Prefeitura Municipal de Nerópolis poderá buscar a colaboração de instituições públicas ou privadas, municipais, estaduais, federais ou internacionais, visando à efetiva implantação e manejo do Parque.

§1º - Os recursos necessários a implantação do PEMRV serão oriundos de dotação orçamentária própria do Município, bem como do pagamento de compensação ambiental efetuado pela empresa CONIEXPRESS S/A em termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pela Promotoria de Justiça da Comarca de Nerópolis (Ministério Público do Estado de Goiás), podendo, o PEMRV, receber também doações de instituições conveniadas e de entidades públicas ou privadas.

§2º - O Município de Nerópolis, para cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta já firmado, incluirá, em rubrica própria, no Plano Plurianual, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos Anuais, a



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GOÍÁS

dotação específica no valor mínimo mensal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para execução das obras do PEMRV, até sua conclusão, iniciando-se a primeira parcela a partir de julho de 2011, podendo antecipar ou não tais valores, mediante recursos próprios ou obtidos junto a outros órgãos.

Art. 7º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Nerópolis, Estado de
Goiás, aos 28 dias do mês de abril de 2010.**


Gil Tavares
Prefeito Municipal


Waldir de Souza Nascimento
Sec. Gov. Adm. e Planejamento



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GOIÁS

03

Anexo I

As intervenções Humanas e Edificações que integram o Parque Ecológico Municipal Rosa dos Ventos serão as seguintes:

- a) Praça Rosa dos Ventos – é a praça de entrada do parque e servirá como uma referência real de localização através da grande rosa dos ventos localizada no piso central desta praça. Também abrigará sob seus caramanchões eventos como feiras, mostras etc, voltadas a sustentabilidade econômico-social, envolvendo a comunidade local e seus artesanatos, sem perder o fundo ambiental das atividades ali expostas, voltadas à valorização do Parque;
- b) Praça das Lembranças – é a praça com um parque infantil que visa o resgate histórico-cultural e propõe a existência de brinquedos como amarelinhas, labirinto, gira-gira, trepa-trepa, dentre outros, preferencialmente feitos a partir da reciclagem de materiais, ou com uso de madeiras certificadas ou de reflorestamento, objetivando a sustentabilidade sócio-ambiental;
- c) Praça da Saúde – nesta praça há uma estação de ginástica dando suporte à pista de caminhadas que circunda o parque, permitindo que o público de diversas idades mantenha sua saúde física e mental, realizando atividades direcionadas, ou não, através de monitores do próprio parque;

cu



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GO

d) Praça dos Sentimentos – esta praça visa estimular uma vivência ambiental por meio dos sentidos sensoriais, isto é, da visão, através das cores e formas; do olfato e do paladar, por meio dos diferentes aromas existentes na vegetação projetada para o local; do tato, através de diversidades de pisos (seixos, gramas, britas, etc), bem como espelho d'água, que pode ser vivenciado com os pés n'água, ou simplesmente pela contemplação, e da audição, com os diferentes sons dos pássaros;

e) Praça das Ciências – é uma praça destinada ao conhecimento natural e científico, formada por quatro estruturas distintas que visam à abordagem do todo, ou seja, água, terra, ar e conhecimento. Para isso, foi criado um espaço reservado:

- à escola ao ar livre, através da sala de aula que pode também funcionar como um pequeno teatro de arena, dando uma multiplicidade de usos;

- ao observatório, com a proposta da existência de equipamentos de observação, como o relógio solar, que foi projetado no centro de uma rosa dos ventos que indica o norte local, além de outros equipamentos como biruta, anemômetro, luneta, telescopia, etc, equipamentos apropriados à observação do céu e dos ventos;

- à "estação terra", estrutura criada para mostrar o amplo universo de componentes existentes no subsolo e que pode, também, funcionar como um grande mirante; e, finalmente,

- um lago para apreciação dos peixes e plantas e do equilíbrio do ecossistema local;

f) Praça da Cultura – esta praça visa à cultura, a educação e o lazer, e abriga quatro grandes especificações:



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GOIÁS

- a primeira um cine-teatro-auditório;
- a segunda uma grande área coberta para promoção de cursos, workshops, espaço de múltiplo uso;
- a terceira, um laboratório e a parte administrativa do parque, e,
- a quarta, um bar/lanchonete para dar suporte aos eventos.

Esta praça possui ainda uma área livre composta de espelhos d'água, flores, bancos, e pergolados que também comportam grandes eventos;

- g) Praça Ecumênica – esta praça possui uma edificação voltada à espiritualidade e encontro com o Ser Criador, num reflexo de beleza, interioridade e reconhecimento da natureza exposta ao alcance de toda a comunidade, visando à utilização indiscriminada do local pelos diversos segmentos religiosos, que contarão com um espaço interno menor e outro, externo, destinado a eventos maiores. Esta praça conta também com uma construção voltada à captação de luminosidade e ventilação naturais.



ADM.: 2009/2012

PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GO

10

Justificativa

Visando uma melhor qualidade de vida para os cidadãos neropolinos, a Prefeitura Municipal e o Ministério Público da Comarca de Nerópolis, têm trabalhado com o intuito de implantar na cidade um Parque Ecológico, levando a comunidade alternativas de melhoria de qualidade de vida.

Atualmente a Prefeitura Municipal busca atingir novas metas para abranger uma maior demanda, bem como diversificar e ampliar suas atividades no intuito de reunir a educação ambiental a preservação do meio ambiente a partir da criação de uma área verde, visando estimular o interesse e a participação da comunidade local do Município de Nerópolis.

A Criação do Parque tem como foco a Educação Ambiental no sentido de conscientizar a comunidade sobre a importância do seu papel na preservação dos recursos naturais.

Proteger e conservar os recursos naturais existentes, de forma a recuperar e manter o equilíbrio ecológico necessário à preservação da biota terrestre e aquática e propiciar condições para atividades de educação, recreação, turismo ecológico e pesquisa científica.

A criação do parque também objetiva proporcionar o contato direto da população com o ambiente natural, envolvendo-a nas suas ações de preservação e controle, despertando o espírito conservacionista.

Com o espírito de garantir a harmonia no parque ecológico, inclusive para os moradores das adjacências, é que propomos este projeto de lei. Contamos com a aprovação dos demais Vereadores

cr



ADM.: 2009/2012

**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS-GO**

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre os Poderes Executivo e Legislativo, é que submetemos a Vossa Excelência este Projeto de Lei.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Nerópolis-GO, 28 de abril de 2010.

Atenciosamente,



Waldir de Souza Nascimento
Sec. Gov. Adm. e Planejamento

Página avulsa do plano diretor contendo seu Artigo 14º, inciso IV



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS - GOIÁS
ADM.: 2013 / 2016 5

"Art. 18 (...)

IX - promover a gradual desocupação da APP do Córrego do Cerrado e implantar um corredor ecológico em todo o trecho urbano ligando o Parque Ecológico Rosa dos Ventos à jusante do Córrego do Cerrado;"

Art. 14 Os incisos VIII e XI do art. 19 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 (...)

VIII - implantar o Parque Ecológico Municipal Rosa dos Ventos e garantir sua manutenção;

XI - a concessão de licença ambiental fica condicionada à elaboração e aprovação de estudos e projetos ambientais específicos de acordo com o empreendimento;"

Art. 15 O inc. IV do art. 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 (...)

IV - garantir a preservação e a manutenção dos prédios e dos equipamentos públicos, tais como, Praça São Benedito, Praça da Matriz, Praça Antonio Dutra, Prédio da Prefeitura Municipal, Edifício Milton Santana (Centro Comunitário) e outras construções de valor histórico."

Art. 16 O inciso XII do art. 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 (...)

XII - prover serviços, através da Engenharia e Arquitetura Públicas, de assessoria urbanística técnica e jurídica gratuita a indivíduos, entidades, movimentos comunitários da população de menor ou sem renda para produzir, regularizar ou melhorar sua moradia."

Art. 17 O inciso V do art. 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 (...)

V - implementar integralmente as Diretrizes, Ações e Estratégias definidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS aprovado em 2009; "

Art. 18 A alínea "b", do §2º, do art. 26 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 26 (...)

§ 2º (...)

b) incorporação ao tecido urbano regular das regularizações fundiária e urbanística realizadas, garantindo aos seus moradores condições dignas de moradia, acesso aos

